

Bruno Diniz Silva

A História escrita como Meta-narrativa Nacional:
Reflexões sobre a *Memória Histórica e documentada*
da *Província do Maranhão de 1839 a 1840*.

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2008

Bruno Diniz Silva

A História escrita como Meta-narrativa Nacional:
Reflexões sobre a *Memória Histórica e documentada*
da *Província do Maranhão de 1839 a 1840*.

Monografia apresentada ao Curso de
História da Universidade Federal de
Ouro Preto como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de Bacharel
em História.

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de
Araújo

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2008

AGRADECIMENTOS

A duração de um curso de graduação é tempo suficiente para o desenvolvimento de grandes amizades e de uma sincera relação afetiva. Não creio que seja possível agradecer nominalmente cada uma daquelas pessoas que contribuíram para o desfecho dessa trajetória sem correr o risco de esquecer alguém. Mas, mesmo assim enfrentarei o desafio. Agradeço mais uma vez a Sô Anízio e Dona Neusa por toda a paciência e dedicação nesses longos anos; agradeço também a meus irmãos Heyder e Fábria; Sou muito grato ao Professor Doutor Valdei Lopes de Araújo, tanto pela orientação deste trabalho quanto pelo incentivo a novas pesquisas; às professoras Dra. Andréa Lisly Gonçalves e Dra. Helena Miranda Mollo que tão gentilmente aceitaram o convite para a leitura crítica desse trabalho e que muito têm a acrescentar para seu aprofundamento.

Gostaria de agradecer aos grandes amigos de república: David, Rafael, Ezequiel, Gabriel, Paulo Coelho e Giorgio pelo companheirismo e pelos constantes incentivos. E em especial a Carol Schultz.

Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof. Dra. Andréa Lisly Gonçalves

Prof. Dra. Helena Miranda Mollo

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo
Orientador

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Cap. I. Historiografia brasileira e a questão nacional.....	13
I.1. A Nação como descontinuidade.....	14
I.2 Invenção, Construção e Recombinação.....	21
I.3. A Renovação dos estudos sobre a Nação.....	26
Cap. II. A <i>Consolidação</i> do Império.....	33
II. 1. <i>O Espírito Ephemero da Epocha</i>	33
II. 2. O Advento de uma Historiografia nacional.....	43
Cap. III. A Meta-narrativa de Gonçalves de Magalhães.....	54
III. 1. Meta-história.....	58
III.2. A Memória Meta-narrativa de Gonçalves de Magalhães.....	68
Conclusão.....	83
Bibliografia.....	87

RESUMO

Influenciado por uma corrente historiográfica que prioriza a análise do processo de formação do Estado Nacional brasileiro e sua respectiva produção historiográfica, pretende-se escrever uma monografia que busque compreender a exposição dos ideais de unidade nacional, redução dos conflitos internos e consolidação da monarquia constitucional, ambicionados pelo projeto político da elite intelectual do Império brasileiro na primeira metade do século XIX, e representadas na produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ABSTRACT

Due to the influence of historiographic studies that give priority to analyze the process of the National Brazilian State formation and their historiographic production, a monograph will be written to seek the understanding of the ideais' exposure of national unity, reduction of internal conflicts and consolidation of constitutional monarchy, influenced by the political project of the Brazilian Empire's intellectual elite in the first half of the 19th Century and represented in the historiographic production of Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Parecer

A Comissão Avaliadora, composta pelos professores Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo, Prof. Dra. Andréa Lisly Gonçalves e Prof. Dra. Helena Miranda Mollo, da Monografia de Bacharelado de Bruno Diniz Silva, intitulada, “A História escrita como Memória Nacional: Reflexões sobre a *Memória Histórica e documentada da Província do Maranhão de 1839 a 1840.*” reunida no dia ___/_____/2008, às ____ horas, no ICHS, resolveu conferir ao trabalho a nota ____ (), à luz do seguinte parecer.

Introdução.

Gostaria de iniciar esta introdução explicitando ao leitor das subsequentes linhas quais influências e motivações guiaram este trabalho. Primeiramente gostaria de lembrá-los que esta monografia só foi possível de ser realizada graças a qualidade do ensino público e gratuito oferecido pela Universidade Federal de Ouro Preto, e que toda a pesquisa desenvolvida para a realização desta monografia deu-se sem o financiamento de qualquer órgão ou instituição de fomento à pesquisas acadêmicas.

O presente trabalho é fruto de questionamentos desenvolvidos tanto nas disciplinas relacionadas à Formação de Estados Nacionais no Brasil e na América Espanhola quanto as disciplinas relativas à história da historiografia contemporânea e história da historiografia brasileira oitocentista.

Uma das principais questões que nos norteia está relacionada com a formação de identidades nacionais, por parte dos grupos dirigentes do Império brasileiro na primeira metade do século XIX.

Nas duas últimas décadas a historiografia brasileira passou por uma grande renovação nos estudos referentes à Formação do Estado Nacional, apropriando-se tanto dos modelos clássicos de interpretação desse processo, quanto de teorias gerais sobre Nação e Nacionalismo que emergiram na

década de 1980.¹ Dessa forma, a atual historiografia brasileira tem ampliado a gama de objetos e propostas metodológicas disponíveis para o estudo do referido tema, procurando compreender a construção do Estado e da nação brasileira como movimentos simultâneos.

Este é o tema do primeiro capítulo dessa monografia que consiste em uma breve discussão bibliográfica sobre *A Questão Nacional* e sua influência na historiografia brasileira contemporânea. Essa parte do trabalho é dividida em três tópicos, sendo o primeiro destinado à apresentação das *teses clássicas* de compreensão do processo de formação do Estado Nacional brasileiro, o segundo tópico destina-se à descrição dos avanços historiográficos alcançados sob a influência das teses de Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, no terceiro e último tópico elaboro uma breve explanação sobre as contribuições que as novas propostas da historiografia contemporânea relacionada a esta temática podem trazer para a compreensão da Nação brasileira.

Dentre as distintas perspectivas de análises que os historiadores têm atualmente a sua disposição, acreditamos que a História da Historiografia oitocentista merece um local de destaque nesta renovação historiográfica. Pois o estudo da historiografia produzida nos oitocentos - aqui representada principalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - comprometida com a solidificação de um projeto de nação empreendida pelos intelectuais brasileiros, permite compreender o tipo de historiografia

¹ Benedict ANDERSON. **Nação e consciência nacional**; Eric J. HOBSBAWN. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade.

foi produzido naquele mesmo período com o intuito de legitimar a concepção da formação de uma nação independente e distinta da portuguesa.

Nesse sentido, o segundo capítulo surge como o esboço de um panorama do processo de *consolidação* do Estado nacional brasileiro nas décadas de 1830 e 1840. Nessa parte do trabalho pretendo apresentar ao leitor alguns aspectos de suma importância relativos ao jogo político e à formação de uma identidade nacionalmente construída de acordo com os moldes pretendidos pelas elites imperiais que se alinhavam com a classe senhorial escravista que se forjava enquanto elite dirigente do Império. Conferindo especial destaque para a formação desse campo de experiência da nacionalidade, por meio do estudo do advento de uma historiografia nacional que possibilitasse a elaboração de uma meta-narrativa da história nacional. Escrever a história do Brasil pareceu significar trazer para foros de competência científica uma representação do país que pressuponha a existência de um campo epistemológico previamente demarcado, uma vez que se entendia a nação enquanto dado meta-histórico, cuja origem era encontrada na descoberta do país pelos portugueses.

No terceiro e último capítulo proponho o estudo da aplicação do projeto político de construção de identidade nacional e de consolidação de uma monarquia constitucional-centralizadora, pelos sócios do IHGB, por meio de uma análise da narrativa de uma obra exemplar da produção histórica, da primeira fase do Instituto, na qual identifico a defesa do

projeto de gênese da Nação brasileira, em oposição ao fardo de trezentos anos de colonização, que pesava sobre a sociedade imperial. Destarte, analisaremos a *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão de 1839 a 1840*², de autoria de Domingos José Gonçalves de Magalhães. Com o intuito de melhor compreender a peculiaridade da historiografia oitocentista brasileira por meio de uma análise da narrativa de Gonçalves de Magalhães, em sua premiada obra sobre a Balaiada, utilizando a teoria proposta por Hayden White em seu livro *Meta-História*,³ de que os mestres do pensamento histórico do século XIX podem ser compreendidos pela explicação dos diferentes modos tropológicos que lhes inspiram e informam o trabalho. Pretendemos analisar os recursos historiográficos que Gonçalves de Magalhães empregou em sua interpretação da Balaiada, no intuito de compreender como tais artifícios de entendimento do processo histórico funcionaram como veículo de ensinamento moral e político à elite imperial.

A escolha da *Memória* justifica-se pelo fato da Balaiada consistir num movimento sedicioso que teve origem em disputas partidárias entre as Elites Maranhenses e ter contado com ampla participação popular. Justifica-se também por acreditarmos que Gonçalves de Magalhães produziu uma narrativa bem estruturada, de forma a demonstrar a seus leitores a oposição do ideal, que se pretendia para a Nação brasileira, para que o Brasil

² *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão de 1839 a 1840*. In: **RIHGB** n° 11, 1848. P. 263-362.

³ Hayden WHITE. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo, 1992. *passim*

alcançasse o arquétipo de Civilização almejado pela elite intelectual do império. Entendido que Magalhães encarava o Maranhão como uma parte do império, que representava o desregramento da sociedade, no período de transição entre as Regências e o Segundo Reinado, defendemos que o autor, ao caracterizar os motivos que levaram à eclosão da Rebelião, e o desregramento dos líderes deste movimento, pretendia demonstrar quais exemplos não deveriam ser seguidos pela elite do império, para que a barbárie do período colonial e dos anos de conflitos que o país presenciou, após a abdicação de D. Pedro I, fosse superada, e assim, fossem alcançadas a consolidação da Monarquia constitucional, a pacificação e unificação das províncias que formavam o Império.

I. Historiografia brasileira e a questão nacional

Segundo Benedict Anderson, não há muito consenso entre os pesquisadores sobre questões relacionadas à nação e ao nacionalismo, cada autor adota teorias específicas sobre este fenômeno, muitas vezes contraditórias em relação a outros autores. Caso elaborássemos um pequeno exercício de comparação de teorias fundamentadas desde o século XIX até os dias atuais, perceberíamos a recorrência de autores que defendem que a nação é um fenômeno estritamente moderno cujas raízes remontam às transformações da sociedade ocidental percebidas a partir do século XVIII, perceberíamos também, teses de que a nação teria uma ancestralidade muito mais alongada, buscando as origens desta nas antigas hordas germânicas ou mesmo na antiguidade clássica⁴.

Portanto, seria inviável a pretensão de elaborar um levantamento bibliográfico que desse conta de abordar as principais teses sobre o advento da nação como fenômeno histórico. Desta forma, pretendemos traçar aqui uma pequena síntese das principais teses sobre o processo de formação da nação e do nacionalismo que influenciam a atual historiografia brasileira comprometida com este tema. Pretendemos, também, elaborar um sucinto esboço das recentes interpretações sobre o processo de formação e consolidação do Estado nacional brasileiro que nortearam esta pesquisa.

⁴ Benedict ANDERSON. “Introdução”. In: Gopal BALAKRISHNA (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. *passim*

Para um melhor desenvolvimento deste objetivo, a argumentação estará dividida em três partes, sendo a primeira destinada à apresentação das *teses clássicas* de compreensão do processo de formação do Estado Nacional brasileiro, a segunda parte se destina à descrição dos avanços historiográficos alcançados sob a influência das teses de Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, na terceira e última parte elaboro uma breve explanação sobre as contribuições que as novas propostas da historiografia contemporânea relacionada a esta temática podem trazer para a compreensão da Nação brasileira.

I.1 A Nação como descontinuidade

A formação do Estado Nacional brasileiro é tema recorrente de pesquisas historiográficas desde o século XIX, de lá pra cá as diversas interpretações sobre este processo variaram em muitos aspectos, houveram abordagens que partiam do pressuposto da noção de *continuidade*, como os estudos desenvolvidos por Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, dentre outros. E também estudos pautados na noção da *descontinuidade* entre o passado colonial e a nova organização política estabelecida a partir de 1822.⁵

⁵ Sobre as noções de *continuidade e descontinuidade* ver: Wilma Peres COSTA. “A independência na historiografia brasileira”. In: István JANCSÓ (org). **Independência: história e historiografia**. Sobre esta mesma temática ver também: Jurandir MALERBA. “Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002)”. In: _____. (org). **A Independência Brasileira: novas dimensões**; e José Carlos REIS. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC.

Utilizando a terminologia empregada por Elias José Palti em seu artigo sobre os historiadores e a questão nacional⁶, podemos afirmar que Caio Prado Júnior com seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*⁷ abre caminho para uma geração de historiadores brasileiros que analisam a formação da Nação numa perspectiva **antigenealógica**. Ou seja, entende o processo de formação do Estado Nacional brasileiro sobre a premissa de seu caráter “moderno” e “mentalmente construído”.

Para Caio Prado Júnior a Independência da Colônia frente à Metrópole era apenas a resultante de um concurso ocasional de forças que estavam muito longe, todas elas de tenderem, cada qual por si só, para aquele fim, pois na concepção daquele autor as contradições e conflitos internos da Colônia inviabilizavam o surgimento de forças autônomas capazes de criar uma consciência nacional e um desenvolvimento revolucionário apto a reorganizar aquela sociedade e constituí-la em nação. Dito de outra forma, para Caio Prado Jr. a Independência não era fruto de algum movimento nativista, mas sim uma consequência de fatores relacionados com a instabilidade do Império português.

Na mesma direção está Sérgio Buarque de Holanda que em seu magnífico texto *“A Herança Colonial - Sua Desagregação”*⁸ aborda a continuidade das instituições e da estrutura social e econômica do período

⁶ Elias PALTÍ. “The nation as a problem: historians and the 'national question'”. **History and Theory**, October 2001,324-346.

⁷ Caio PRADO JR. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1942.

⁸ Sérgio Buarque de HOLANDA. “A herança colonial - sua desagregação”. In: **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II, O Brasil Monárquico. São Paulo. Ed. Difel, 1960.

colonial mesmo após a emancipação política, abolindo a noção de uma dicotomia entre brasileiros e portugueses no processo de independência. Em sua perspectiva as lutas pela independência seriam guerras civis entre portugueses desencadeadas pela Revolução do Porto. E o Sete de Setembro de 1822 não foi um acontecimento de suma importância para a transição da ordem política colonial para a imperial, pois para aquele autor, a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e a posterior abertura dos portos já demarcariam o início da ruptura entre a Colônia e a Metrópole.

Esta noção de que a transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil representa um marco de ruptura na sociedade colonial é melhor trabalhada por Maria Odila Dias que em seu artigo *A interiorização da metrópole* defende a tese de que a vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 desencadeou um processo de interiorização da metrópole portuguesa na região Centro-Sul da Colônia. A autora pactua da noção defendida por Sérgio Buarque de que a separação política entre Colônia e Metrópole se deu devido às dissidências internas nos setores políticos de Portugal em meio a Revolução de 1820.

A história da emancipação política do Brasil tem que ver, no que se refere estritamente à separação política da Mãe Pátria, com os conflitos internos e domésticos do reino, provocados pelo impacto da Revolução Francesa, tendo inclusive ficado associado à luta civil que se trava então entre as novas tendências liberais e a resistência de uma estrutura arcaica e feudal contra inovações que a nova Corte do Rio tentaria impor ao reino.⁹

⁹ Maria Odila DIAS. “A Interiorização da Metrópole”. In: Carlos Guilherme MOTA. (Org.) **1822: dimensões**. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1972. p. 166.

Para aquela autora, a emancipação política de Portugal não era almejada pelos homens daquela geração, que a seu ver, tinham consciência da insegurança causada pelas tensões internas, sociais, raciais, dos regionalismos e da falta de unidade que não possibilitariam o desenvolvimento de uma consciência nacional que desse força a um movimento revolucionário capaz de reconstruir a sociedade.¹⁰

Segundo Maria Odila, o surgimento de uma consciência propriamente nacional se daria por meio da integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio no período de 1840 a 1850, conseguida as duras penas pela luta de centralização do poder político e da “vontade de ser brasileiros”, que, segundo ela, foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do novo império.

A vontade de se constituir e de sobreviver como nação civilizada europeia nos trópicos, apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia, manifestada pelos portugueses enraizados no Centro-Sul e que tomaram a si a missão de reorganizar um novo império português. A dispersão e fragmentação do poder, somada à fraqueza e instabilidade das classes dominantes, requeria a imagem de um estado forte que a nova Corte parecia oferecer.¹¹

Destarte, para a referida autora a vinda da Corte e o enraizamento do estado português no Centro-Sul iniciaria a transformação da colônia em metrópole interiorizada. E que seria esta a única solução aceitável para as classes dominantes em meio à insegurança que lhe inspiravam as contradições da sociedade colonial, agravadas pelas agitações do

¹⁰ Ibid. p 169.

¹¹ Ibidem.

constitucionalismo português e pela fermentação mais generalizada do mundo inteiro.¹²

Fernando Novais é outro autor que filiado à tradição caiopradiana compreende a formação do Estado-Nacional brasileiro no campo das rupturas de uma maneira bastante inovadora, relacionando a colonização moderna como um sistema que integrava o processo de construção do capitalismo mundial, em que o *Antigo Sistema Colonial* aparece como expressão da doutrina e das práticas mercantilistas, estando assentado – no caso do Brasil - em uma tríade fundamental: a imposição do exclusivo comercial, o trabalho escravo africano e a subordinação política à Metrópole. Desse modo, a crise desse sistema, da qual emergia o processo de Independência e a subsequente formação do Estado, é pensada ultrapassando a dualidade Metrópole/Colônia, buscando a articulação entre Antigo Regime e o Antigo Sistema Colonial. Para Novais, a Independência do Brasil foi um processo revolucionário, que conduziu ao poder uma nova classe: o grande senhorio escravista, que conseguiu consolidar sua hegemonia no interior do conjunto de forças que se empenharam no processo de emancipação política.¹³

Numa perspectiva um pouco distinta, José Murilo de Carvalho abre caminho para novas discussões sobre o processo de formação do Estado Nacional Brasileiro. Em suas obras *A Construção da Ordem* e *O Teatro das*

¹² Ibid., p. 171.

¹³ Fernando A. NOVAIS. “Condições de Privacidade na Colônia”. In: Laura de Melo e SOUZA (org). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp 13-19.

Sombras ele desenvolve um estudo sobre a tipologia das elites políticas, suas relações com a economia, com a burocracia e sua formação, no intuito de compreender a dinâmica da elite política imperial no momento de consolidação do Estado Nacional, apresentando o jogo político do Império, enfatizando a atuação da Coroa no equilíbrio dos interesses em questão.

Para Carvalho a adoção de uma solução monárquica para o Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia, a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava pela homogeneidade social no sentido de que parte substancial da elite era recrutada entre setores sociais dominantes.

A Homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elites e fornecer a concepção e a capacidade de implementar um determinado modelo de dominação política. Essa homogeneidade era fornecida principalmente pela socialização da elite, que será examinada através da educação formal universitária, da ocupação e da carreira política.¹⁴

Ainda para Carvalho, a homogeneidade ideológica dessas elites, decorrente da formação jurídica na Universidade de Coimbra, do treinamento no funcionalismo público, na magistratura e no exército, aliado ao seu isolamento ideológico em relação às doutrinas revolucionárias, explicaria a singularidade e o sucesso do modelo de Estado adotado no Brasil. Pois, ao tornar-se independente, o país já possuía uma elite homogênea treinada na burocracia portuguesa, o que permitiria a esta elite

¹⁴ José Murilo de CARVALHO. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1981. p 21

reproduzir-se em condições semelhantes dentro do país ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito em São Paulo e Recife, ao fazê-los passar pela magistratura e circulá-los pelos vários cargos políticos e pelas várias províncias. Para Carvalho esta homogeneidade da elite política propiciada pela educação e pela carreira burocrática fomentava uma unidade ideológica. Composta, em sua maioria, por homens de visão nacionalista e centralizadora, cujos interesses gerais eram a defesa da unidade nacional, a consolidação do governo civil, redução do conflito em âmbito nacional, limitação da mobilidade social e da mobilização política. Sendo estes alguns dos fatores que melhor explicariam a manutenção da unidade política e territorial da nova nação¹⁵.

Outra tese clássica sobre a formação do Estado Nacional brasileiro que merece destaque é a proposta por Iimar Rohloff Mattos em seu livro *o Tempo Saquarema*. O autor pretende compreender os processos de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial nos termos de uma “restauração” e de uma “expansão para dentro”.

Mattos avança na abordagem do processo de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial ao compreender tais processos relacionados à intervenção consciente e deliberada de uma determinada força social - os Saquaremas - que se forjou como dirigente do Estado neste movimento.

¹⁵ José Murilo de CARVALHO. *Op cit. passim*

Os Saquaremas são encarados como um grupo social que englobava tanto a alta burocracia imperial quanto os proprietários rurais localizados nas mais distantes partes do Império, que orientavam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais. Ou seja, os Saquaremas compunham um grupo social homogeneizado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização, quanto pela ação visando a difusão destes ideais¹⁶.

Podemos encarar os distintos modelos propostos, respectivamente, por Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Novais, Maria Odila, José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos, como *os grandes modelos clássicos da formação do Estado nacional brasileiro*. Tais modelos guiaram as subseqüentes pesquisas sobre o referido tema. Contudo, ao final da década de 1980 percebe-se crescente influência na historiografia brasileira de teses mais gerais sobre nação e nacionalismo, principalmente de autores anglofonos. Dentre estas teses obtiveram grande repercussão das contribuições de Eric Hobsbawm e Benedict Anderson.

I.2. Invenção, Construção e Recombinação.

Antes de iniciar a explanação sobre as teses de Hobsbawm e Anderson devemos esclarecer que as principais obras destes autores em relação à nação foram publicadas na década de 1980, num período em que a

¹⁶ Ilmar Rohloff MATTOS. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. 5ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2005, p. 15-16

União Soviética ainda não apresentava sinais de que seu fim estava próximo, e que este contexto teve grande influência sobre a elaboração de teses - marxistas - sobre a formação dos Estados Nacionais e dos sentimentos nacionalistas.

Tanto Hobsbawm quanto Anderson apropriam-se da teoria de Ernest Gellner de que aquilo que concebemos como nação moderna surgiu no processo de transição entre dois tipos ideais de sociedade identificadas por ele como *Agro-Letrada* e *Industrial Avançada*. Uma sociedade agrária não propensa ao nacionalismo, e uma sociedade plenamente industrializada, que dificilmente poderia organizar-se sobre qualquer outro fundamento que não o nacional. Para Gellner a nação é um fenômeno histórico recente reconhecível a partir do século XVIII e diretamente relacionado às transformações ocorridas nas sociedades ocidentais desde aquela época, isto é, a formação de Estados nacionais é fruto do desenvolvimento de uma sociedade em que a ligação entre o Estado e uma cultura “nacionalmente” definida é uma norma.¹⁷

Benedict Anderson é um autor que exerce grande influência na historiografia brasileira comprometida com o estudo sobre a nação. Anderson encara a nação como um constructo da imaginação, ou seja, uma comunidade que se imagina soberana e delimitada¹⁸. Para aquele autor, as nações são criadas na imaginação histórica e sociológica, através da

¹⁷ Ernest GELLNER. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: Gopal BALAKRISHNA (org.). Op cit p. 107

¹⁸ Os termos comunidade imaginada; limitada; e soberana, são definidos em Benedict ANDERSON. Nação e Consciência Nacional. Sao Paulo. Ed. Ática, 1989. P. 14-16

identificação com heróis comunitários; embora nunca possamos encontrá-los, podemos “conhecer” nossos concidadãos, os membros de nossas nações culturais, através dessas identificações e descrições em jornais, revistas e romances. Isso se transformou em realidade mediante o que Anderson denomina “capitalismo editorial”, o que permitiu “narrar” a nação e “construí-la” imaginariamente.

Eric Hobsbawm, em seu estudo sobre nações e nacionalismo, afirma que a organização dos Estados nacionais modernos gerou grandes problemas de ordem política, tais como identificar qual a melhor maneira de implementar uma nova forma de governo, na qual cada habitante passível de ser sujeito da administração, estaria diretamente ligado ao governo estatal. Outro problema de grande importância levantado por aquele autor se remete a construção da lealdade, da identificação dos cidadãos ao Estado e ao sistema dirigente¹⁹.

Estas questões levantadas por Hobsbawm e Anderson guiaram as propostas de estudo de inúmeros historiadores brasileiros que se dedicaram à compreensão do processo de formação e consolidação de nosso Estado nacional a partir de então. Tais proposições empregadas pela recente historiografia brasileira de que a nação é um fenômeno moderno, também são influenciadas pela tese formulada por Hobsbawm sobre a invenção das tradições²⁰. Aquele autor considera a nação como uma inovação histórica

¹⁹ Eric J. HOBSBAWM. **Nações e Nacionalismos**: programa, mito e realidade. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p 103. Eric J. HOBSBAWM. A Invenção das Tradições, *passim*

²⁰ Eric J. HOBSBAWM. A Invenção das Tradições. *passim*

relativamente recente, bem como os fenômenos associados a ela: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos e histórias nacionais e todo o restante estreitamente relacionado às tradições inventadas. Para Hobsbawm, as nações não são antigas nem naturais, ao contrário, boa parte daquilo que subjetivamente compõe a nação moderna consiste em elaboradas construções normalmente associadas a símbolos ou discursos apropriados²¹.

Porém, sob a influência da *Queda do Muro de Berlim* e do contexto do Leste europeu da última década do século XX, em que, o nacionalismo aflorado na região dos Bálcãs, era o motivo que desencadeara os conflitos armados naquela região. E também, das questões relacionadas ao Oriente Médio. As teorias de Hobsbawm de que o nacionalismo estaria em uma curva descendente²², e em alguma medida as noções relacionadas às *Comunidades Imaginadas* de Anderson, passam a ser alvo de críticas de renomados estudiosos de temas relacionados à nação e o nacionalismo. Anthony Smith, por exemplo, concorda que as nações e o nacionalismo, como ideologia e movimento que busca obter e manter a autonomia; a união e a identidade de um grupo social, considerado por alguns de seus membros como constitutivo de uma nação real ou potencial; e de que as nações são a fonte de todo o poder político que requerem condições especificamente “modernas” de burocracia estatal, capitalismo, secularismo e democracia para que possam existir, realmente são formulações

²¹ Eric J. HOBSBAWM. **Nações e Nacionalismos**: desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. *passim*

²² Eric J. HOBSBAWM. *O Nacionalismo no final do século XX*. In: **Nações e Nacionalismo desde 1870**: programa, mito e realidade. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. P. 215

estritamente modernas.²³ Porém, Smith elabora uma crítica em relação a esta noção de *modernidade* e da *invenção* das nações que merece ser levada em conta no estudo da formação da nação brasileira:

A nação, como ele [Hobsbawm] assinala, é a mais importante das “tradições inventadas” duradouras. Se assim é, em que sentido devemos considerá-la “inventada” ou “construída”? Por que essa “invenção”, com tanta frequência e em contextos culturais e sociais tão diferentes, parece tocar um nervo tão sensível, por tanto tempo? Nenhum artifício, por mais bem constituído que fosse, poderia sobreviver a tantas espécies diferentes de vicissitudes ou se adaptar a tantas condições diferentes. É claro que há mais coisas na formação das nações do que uma “fabricação” nacionalista. A “invenção” deve ser entendida em seu outro sentido: é uma recombinação inédita de elementos já existentes.²⁴

Esta crítica à concepção de modernidade da nação e do nacionalismo feita por Smith é fruto de sua preocupação com um certo "superficialismo histórico" adotado por muitos estudiosos, que ao tratá-los como produtos da modernidade, tornam mais difícil a tarefa de explicar o retorno ao passado e as continuidades sentidas com um passado étnico.

As teses de Benedict Anderson também são alvo de críticas tal como podemos perceber no artigo de Gopal Balakrishnan "*A Imaginação Nacional*", no qual o autor afirma que a tese central de Anderson está essencialmente correta, porém, contém algumas fissuras. Para Balakrishnan a tese de que as afinidades culturais moldadas pelo *capitalismo editorial* não parecem suficientemente ressoantes, em si mesmas, para gerar os

²³ Anthony SMITH. “O Nacionalismo e os Historiadores”. In: BALAKRISHNA, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 202

²⁴ Ibidem.

sacrifícios colossais que os povos modernos às vezes se dispõem a fazer por suas nações.²⁵

Segundo Balakrishnan, no livro de Anderson há uma ampla discussão sobre o papel da formação do Estado sobre as raízes culturais da nação. Mas, nesse aspecto, o papel do Estado é estritamente análogo ao do *capitalismo editorial*, em que as burocracias proliferantes do início da era moderna foram, simplesmente, uma via alternativa para a sociabilidade vernácula que brotou noutros lugares, da Reforma e do Mercado. O Estado, portanto, desperta a imaginação nacional ao dar forma territorial a uma linguagem da vida pública. Mas, assim como é duvidoso que as afinidades culturais produzidas pelo *capitalismo editorial* fossem suficientes para gerar as linguagens sonoras - e muito menos as imagens sagradas - da coletividade, Balakrishnan argumenta que o mesmo se aplica a esses Estados estranhamente pacíficos, pois “sem a possibilidade do sacrifício, é duvidoso que a nação evoque os picos afetivos de pertencimento coletivo que Anderson atribuiu à imaginação nacional”.²⁶

1.3 A Renovação dos estudos sobre a Nação.

Nas duas últimas décadas a historiografia brasileira passou por uma grande renovação nos estudos referentes à Formação do Estado Nacional,

²⁵ Gopal BALAKRISHNA. “A Imaginação Nacional”. In: _____ (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 219

²⁶ Idem. p. 220

apropriando-se tanto dos modelos clássicos, quanto de teorias gerais sobre Nação e Nacionalismo acima citados²⁷. Parte dos historiadores envolvidos nesta renovação concorda que a emergência do Estado brasileiro deu-se em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplos projetos políticos, cada qual sintetizando trajetórias coletivas que, na sua particularidade, balizavam alternativas dessemelhantes de futuro. Em que o rompimento da unidade do Império luso-brasileiro e o “consequente re-ordenamento dos referenciais das ações políticas na América e as múltiplas identificações existentes no processo de colonização da América portuguesa passaram a sinalizar diversas possibilidades de moldagem daquela nação brasileira em cujo nome o novo Império foi instaurado”.²⁸

Este movimento de renovação da atual historiografia brasileira ampliou a gama de objetos e propostas metodológicas disponíveis para o estudo do referido tema, procurando compreender a construção do Estado e da nação como movimentos simultâneos. Nesse sentido, as recentes pesquisas historiográficas referentes à consolidação do Estado nacional

²⁷ Para um panorama sobre as atuais discussões sobre Nação e Nacionalismo ver: BALAKRISHNA, Gopal. (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 e István JANCOS. (org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. Especialmente os artigos de François-Xavier Guerra “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades” e de José Carlos Chierarnonte “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”.

²⁸ István JANCOS & João Paulo G. PIMENTA. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme MOTA (org). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. *Passim*.

brasileiro têm privilegiado como objeto de estudo a compreensão das identidades coletivas do período de 1750 a 1850.²⁹

Neste sentido, os estudos sobre a atuação política das elites luso-brasileiras no momento da independência, e pesquisas que encaram a imprensa como mecanismo de participação política daquelas elites e de formatação de suas identidades ganharam especial destaque na atual historiografia brasileira. Parte dos autores que estudam o período de 1820 a 1822, sob este enfoque, concordam que o advento do movimento de *Regeneração Vintista* e a subsequente instalação das Cortes constitucionais em Lisboa alteraram de maneira drástica o contexto do Império português, propiciando grandes transformações na estrutura política e administrativa da Monarquia portuguesa. Lúcia Neves afirma que a Revolução Liberal do Porto de 1820 colocou em circulação uma espantosa quantidade de jornais e panfletos, permitindo que novas práticas e discussões políticas inaugurassem uma conjuntura até então desconhecida no mundo brasileiro.³⁰

Dentre as outras distintas perspectivas de análises que os historiadores têm a sua disposição atualmente, acreditamos que a História da Historiografia oitocentista merece um local de destaque nesta renovação historiográfica. Pois o estudo da historiografia produzida nos oitocentos -

²⁹ Sobre este recorte temporal ver: István JANCSÓ. “Este Livro”. In: (org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**.

³⁰ Os principais representantes desta vertente, Marco MOREL. As **transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840); Márcia Regina BERBEL. **A nação como artefato**: deputados do Brasil nas cortes portuguesas de 1821-1822; LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência; Andréa SLEMIAN. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824).

aqui representada principalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - comprometida com a solidificação de um projeto de nação empreendida pelos intelectuais luso-brasileiros, permite compreender o tipo de historiografia foi produzida naquele mesmo período com o intuito de legitimar a concepção da formação de uma nação brasileira independente e distinta da portuguesa.

Segundo Valdei Araújo, no início da década de oitenta, a historiografia no Brasil, atualizada com as mais modernas tendências européias, atrelou-se aos destinos das ciências sociais, em especial a sociologia, a psicologia social e a antropologia.

E que o retorno do político e da narrativa, o redimensionamento do papel da ação individual, a multiplicação dos sujeitos sociais, a reivindicação de múltiplas histórias para uma sociedade fragmentada e a desnaturalização do Estado-nacional são fenômenos que pontuam a história da historiografia desde então. E que seria nesse contexto de historicização do discurso histórico que se desenvolveria uma história da historiografia oitocentista. Tentando romper com o modelo da **genealogia disciplinar** e, ao mesmo tempo, com o padrão autor-obra, esses trabalhos têm destacado os lugares institucionais nos quais se produzia a história do Brasil, em especial o IHGB.³¹

A preocupação, desta corrente historiográfica, em traçar a evolução da ciência é substituída pelo exame de sua forma social de produção, em especial os “lugares” e instituições onde ela acontece. “Privilegiando as relações da historiografia com sua respectiva conjuntura histórica, atenta a aspectos que as antigas concepções historicistas, fundamentadas em crenças teleológicas, haviam elidido: rupturas, descontinuidades, substituição de

³¹ Valdei Lopes de ARAÚJO. **A Experiência do Tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)**. Tese de doutorado defendida em fevereiro de 2003 na PUC-Rio. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, p 30

paradgimas, enunciados não ditos”.³² Como exemplo dessa produção, destacam-se trabalhos como os de Manuel Salgado Guimarães, Arno Wehling, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Lilia Schwarcz³³, dentre outros autores que tem o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua respectiva produção historiográfica como tema de estudo, e que em alguma medida, concordam que a produção historiográfica empreendida pelos membros do IHGB foi fundadora tanto de uma historiografia nacional quanto de uma identidade brasileira.

Manuel Luís Salgado Guimarães considera ser necessário precisar com clareza como a historiografia oitocentista brasileira, representada aqui pelo IHGB, definiu a Nação, dando-lhe uma identidade própria. Guimarães, então, desenvolve uma série de estudos sobre história da historiografia brasileira relacionada à formação de uma identidade nacional elaborada por um grupo *homogêneo* de intelectuais empenhados na defesa do projeto político de legitimação da monarquia constitucional instituída na primeira metade do século XIX. O autor afirma que no IHGB, a Nação, o Estado e a Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional, e que seria sobre o pano de fundo mais amplo desta discussão que o Instituto encaminharia suas

³² Arno Wehling. **Estado, História, Memória:** Vamhagen e a Construção da Identidade Nacional. p.9

³³ Manuel Luis Salgado GUIMARÃES. *Nação e civilização nos trópicos:* o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1(1); Lúcia M. P. GUIMARÃES. *O Império de Santa Cruz:* a gênese da memória nacional. In: Alda HEIZER & Augusto Passos VIDEIRA (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos trópicos.** Rio de Janeiro: Acces, 2001; Lilia Moritz SCHUARCZ. *Os Institutos Históricos e Geográficos "Guardiões da História Oficial".* In: **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

reflexões acerca do Brasil, sistematizando uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se pretendia definir a Nação brasileira.³⁴

No artigo *Os Institutos Históricos e Geográficos "guardiões da História Oficial"*, de autoria de Lilia Schwarcz, o IHGB é considerado como uma instituição fundada com o intuito de erigir uma história da nação, recriar um passado, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos, com a finalidade de “compor uma história nacional para este vasto país, carente de *delimitações* não só territoriais”. Para a autora, o ideal pretendido pelo IHGB demandava a construção de um passado que se pretendia singular, embora este fosse claramente marcado pelo perfil dos sócios do instituto que se comprometeram com o projeto de construção de uma história nacional, que “tendo o presente em mira, forjava o passado em tradição” .

Lúcia Maria Paschoal Guimarães, autora do livro *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial e de diversos artigos*³⁶, analisou a trajetória do IHGB à luz da conjuntura política da época, articulando-a ao processo de consolidação do Estado monárquico e seus

³⁴ Manuel Luis Salgado GUIMARÃES. ‘Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional’. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1(1), p. 8

³⁵ Lilia Moritz SCHUARCZ. *Os Institutos Históricos e Geográficos "Guardiões da História Oficial"*. In: _____. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**.

³⁶ Lúcia M. P. GUIMARÃES. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), _____. "O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional". In: Alda HEIZER & Augusto Passos VIDEIRA (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos trópicos**. _____. *O Tribunal da posteridade*. In: PRADO, Maria Emília (org.). **O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**.

desdobramentos ao longo do Segundo Reinado. A autora indica que a função primordial da historiografia produzida pelo Instituto seria dotar o país recém-independente de um passado adequado às pretensões da monarquia instaurada. Ou seja, tratava-se da sustentação de um projeto político, cuja consecução só seria viável graças a uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao regime monárquico. Desta forma, a autora afirma que ao revermos os registros do IHGB sobre o processo de pacificação do Império, percebe-se a construção de *memórias partilhadas*, a produção de narrativas escritas, que tomavam forma dentro de um quadro de significados, que lhes é dado pelo grupo em que são produzidos.

Percebe-se, então, que a atual produção historiográfica tem procurado responder algumas das questões referentes à formação da identidade nacional brasileira a partir do estudo da atuação que os intelectuais oitocentistas desempenharam neste processo, principalmente no que concerne à produção historiográfica. O presente trabalho insere-se nesta perspectiva, propondo avançar num ponto ainda pouco explorado por esta corrente: a análise do discurso histórico construído pelo IHGB, aqui, representada pelo relato de Gonçalves de Magalhães sobre a Balaiada.

Capítulo II. A *Consolidação* do Império.

II. 1. O *Espírito Ephemero da Epoque*

Como ressaltado no capítulo anterior, os recentes estudos sobre a constituição do Estado nacional brasileiro têm privilegiado dois momentos desse processo: a sua *formação* — a crise do sistema colonial, o processo de emancipação política da antiga metrópole, a reformulação de instituições político-administrativas e os embates políticos das primeiras décadas do século XIX; outro momento exaustivamente estudado é a *consolidação* do Estado nacional no Segundo Reinado - a pacificação das províncias e a unificação política e territorial do império em torno da monarquia constitucional regida por D. Pedro II. É justamente sobre esse segundo momento que dedicaremos nossos esforços, almejando compreender determinados aspectos do processo de construção de uma identidade nacional - a produção de narrativas históricas que legitimassem o projeto de nação defendido pelas elites imperiais auto denominadas *dirigentes*.

No primeiro capítulo dessa monografia deixamos clara a nossa afinidade com a tese elaborada pelos professores João Paulo Pimenta e István Jancsó no artigo “Peças de Um Mosaico”, de que a formação do Estado nacional brasileiro deu se em meio à coexistência de múltiplas identidades políticas coletivas que sintetizavam, cada qual à sua maneira, o

passado, o presente e o futuro das comunidades humanas em cujo interior eram engendradas e cujos futuros projetavam.³⁷

Nesse sentido, partimos da premissa de que o Primeiro Reinado é um momento em que as diversas elites regionais, em alguma medida, uniram-se em torno da idéia da formação de um Estado nacional organizado como uma monarquia constitucional liberal. No entanto, esta unificação das elites em torno de interesses relacionados ao processo de emancipação política da Colônia frente à Metrópole não deve ser compreendida como a superação das divergências entre os diversos projetos políticos percebidos nas acirradas discussões políticas partidárias da década de 1820. Pois, mesmo após o reconhecimento da nova organização política por todas as províncias da América Portuguesa, por meio das câmaras municipais, diversos foram os movimentos de contestação ao regime imposto pela Constituição de 1824 e pela atuação governamental de D. Pedro I e seus ministros.³⁸

O desdobramento máximo das contestações ao reinado de D. Pedro I foi a Revolução Liberal de 7 de Abril de 1831. Tal movimento era fruto não apenas do descontentamento das elites em relação à política absolutista que D. Pedro I tentava exercer, mas também relacionava-se à crise de sucessão

³⁷ István JANCSÓ & João Paulo PIMENTA. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme MOTA (org). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**.

³⁸ Sobre periódicos e panfletos políticos nas décadas de 1820 e 1830 ver: Marco MOREL. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**, Isabel LUSTOSA, **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência**, Lucia Maria Bastos Pereira das NEVES. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)** e também Lúcia M. B. P. NEVES & Marco MOREL & Tânia M. B. da C. FERREIRA. (Org.) **História e Imprensa**. Andréa SLEMIAN. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**.

da coroa portuguesa e, em alguma medida, também foi influenciado pelos acontecimentos de julho de 1830, na França.³⁹

A Abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho D. Pedro II dá início a um período em que o Brasil passou a ser regido não mais por um herdeiro da Dinastia de Bragança, mas sim por Regências primeiramente trinas em que, o General Francisco de Lima e Silva foi um dos principais nomes. Estas, posteriormente foram substituídas pelas Regências unas, encabeçadas primeiramente por Feijó e subsequentemente por Pedro Araújo Lima.

Segundo Marco Morei, o período Regencial foi tachado de “caótico, desordenado, anárquico, turbulento e outros adjetivos conexos”, pelos grupos dirigentes daquela época, envolvidos nos embates de construção do Estado Nacional Brasileiro, este período também foi marcado pela formação de uma incipiente esfera pública representando um momento de explosão da cultura impressa que pôs em discussão diversas questões políticas. E que, nesse sentido, o período regencial pode ser visto com ensaio ou laboratório de experiências não apenas ou necessariamente republicanas, mas de um amplo espectro político e social, fossem absolutistas, militaristas, separatistas, federalistas e liberais e que aparecem com mais vigor na sociedade do que na organização do Estado.⁴⁰

³⁹ Marco MOREL. **O período das Regências** (1831-1840). *passim*

⁴⁰ Marco MOREL “Restaurar, fracionar e regenerar a nação: o Partido Caramuru nos anos 1830”. In: István JANCSÓ.(org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação** p.418-419

Dentro desse quadro de instabilidade política, institucional e social percebido no período regencial, uns dos fatores que merecem especial destaque para a compreensão do referido momento histórico, são as fervorosas disputas político-partidárias que colocaram em jogo não apenas a unidade política, mas também ameaçavam a integridade territorial do recém independente Império brasileiro. Porém, para podermos compreender tais disputas político-partidárias devemos levar em conta que, o que se denominava partido político na primeira metade do século XIX diferenciava-se da compreensão atual. Naquele momento, os partidos políticos constituíam-se em formas de agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de delimitar as lealdades ou afinidades entre seus participantes.⁴¹

Diversos estudos sobre a composição política da sociedade imperial indicam que, nos primeiros anos do Império emergiram três partidos com fronteiras políticas demarcadas, embora mutáveis: Exaltado, Moderado e Restaurador. Os membros dos grupos Exaltados, também denominados de jurujubas e farroupilhas, em geral, faziam apelo à participação das camadas pobres da população na vida pública e acenavam contra a opressão econômica, social e étnica. Eram partidários do federalismo e da descentralização administrativa. Apesar de apresentavam boa dose e

⁴¹ Marco MOREL. **Op. cit.** p. 32-33

divergência entre seus integrantes, condenavam a escravidão em diferentes graus, variando a forma e o ritmo com que propunham sua extinção, em geral de forma gradual.⁴²

Já os grupos liberais Moderados eram vistos como a expressão política dos interesses econômicos dos plantadores de café ou dos comerciantes brasileiros das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, constituindo um núcleo de poder geograficamente situado em torno da Corte. Eram defensores de um Estado forte e centralizador e, deste modo, tiveram ramificações por todas as províncias. Um dos aspectos peculiares da noção de moderação é que ela era frequentemente apresentada mais como um comportamento do que uma posição política demarcada. Equilíbrio, ponderação e razão pareciam compor o lema dos moderados, em que, a liberdade limitada; a monarquia constitucional; a soberania nacional, além da recusa do absolutismo e do despotismo e a ambiguidade diante da idéia de revolução eram, questões centrais no discurso desse grupo.⁴³

Segundo Marco Morei foram os moderados que deram o tom do poder político durante as Regências. Agruparam-se em torno da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, que se espalhou pelas províncias. Entre seus integrantes havia ferrenhos defensores do tráfico de escravos, como Bernardo Pereira de Vasconcelos. Nesse período não fizeram uso da luta armada, nem costumavam apelar para as camadas

⁴² Marco MOREL. **Op. cit.** p. 34

⁴³ Marco MOREL. **Op. cit.** p. 35-36

pobres da população se incorporarem ao jogo político, ainda que fosse sob a bandeira da moderação.⁴⁴

Os setores ligados à Restauração apareciam como negação da independência brasileira em 1822, após 1831 o restauracionismo passou a ser associado ao retorno de D. Pedro I ao trono, embora nem sempre essa posição fosse explícita, tal proposta articulava-se à recuperação da monarquia em sua plenitude. Os grupos relacionados aos restauradores geralmente eram denominados de corcundas, pés-de-chumbo ou caramurus. Eles compunham uma tendência constitucional com forte matriz antiliberal no Brasil das décadas de 1820 e 1830, colocando em destaque a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular. O restauracionismo demandava fortalecimento de um Estado centralizador nos moldes da modernidade absolutista ou, então, apontava para o reforço do poder de antigos corpos sociais, como senhores locais, oligarquias, clero e suas clientelas. Ou seja, convocavam e incorporavam as camadas pobres nas lutas políticas. Fizeram apelo à luta armada em diversas ocasiões, como na Cabanada, em Pernambuco e Alagoas, na revolta de Pinto Madeira, no Ceará, e nos motins cariocas de 1832-1833.⁴⁵

Parece haver um grande consenso entre os historiadores que se dedicam em analisar o período das Regências, de que esse momento de nossa história foi profundamente marcado pelo agravamento de manifestações e revoltas em diversas regiões do Império e que, tais

⁴⁴ Marco MOREL. **Op. cit.** p. 36

⁴⁵ Marco MOREL. **Op. cit.** p. 36-37

movimentos eram caracterizados pela ampla diversidade social e política, abrangendo desde quarteladas, até confrontos entre facções locais ou regionais da classe senhorial, às quais se somaram rebeliões envolvendo pobres, libertos, escravos e quilombolas.

Entre os anos de 1832 e 1848, explodiram levantes de diferentes configurações políticas, organização e composição social: a Farroupilha, a Sabinada, a Revolta Liberal de 1842. E também, insurreições em que os homens livres pobres e escravos aquilombados marcaram sua presença em como a Revolta das Carrancas, as Cabanadas do Pará e de Alagoas, a Balaiada no Maranhão. Tais revoltas são marcadas pela violência social e política; pelo regionalismo; por disputas político-partidárias; e pelo envolvimento de grupos étnicos variados.

Iimar Mattos ao comentar o contexto em que estas revoltas estavam inseridas nos lembra que estas apesar de serem frutos da mesma conjuntura política, não devem ser entendidas como tendo desenvolvimentos semelhantes entre si, pois:

Ainda em 1841, o jovem ministro da Justiça [Paulino José Soares de Souza] tivera o cuidado de distinguir entre o que ocorria no Rio Grande do Sul, convulsionando pelo movimento farroupilha, e a rebelião que “em tão breve tempo rebentou nos sertões do Pará, Maranhão e Piauí”, diferenciando com nitidez entre crimes políticos identificados pelo Código Criminal de 1830 e aqueles “horrores friamente perpetrados pela barbárie, pela lascívia, pela vingança e por outras paixões alheias à política”. Afinal, naqueles Sertões, rebelava-se “uma massa enorme de homens ferozes, sem moral, sem religião e sem instrução alguma, eivados de todos os vícios da barbaridade”.⁴⁶

⁴⁶ Umar R. MATTOS. “O Lavrador e o construtor: O Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial”. In: Maria Emília PRADO (org.). **O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Pág. 206

Marco Morel afirma que a criação da Guarda Nacional, uma *milícia cidadã* voltada para o fortalecimento dos proprietários e senhores locais e do poder central, foi uma das principais transformações do período em que Feijó foi o principal dirigente do Império. Outra importante transformação na estrutura institucional, nos primeiros anos das Regências foi a primeira reforma na Constituição de 1824, por meio da promulgação do Ato Adicional, no ano de 1834, uma medida que atendia a algumas demandas descentralizadoras, como a criação das assembléias legislativas provinciais.⁴⁷

Após a renúncia de Feijó, Pedro de Araújo Lima assume Regência, em 1837, e dá início ao Regresso, um momento em que:

a mão-de-ferro do Estado centralizador e autoritário vai retendo o controle da situação abalada, o poder político dos grandes proprietários de terra e de escravos se acentua. Os aspectos considerados mais democráticos ou descentralizadores do Código de Processo Criminal e do Ato Adicional seriam reinterpretados (eufemismo para a sua anulação) por leis mais conservadoras.⁴⁸

Um dos primeiros gestos de Araújo Lima foi beijar a mão do jovem D. Pedro II, restaurando, assim, o secular beija-mão. As comendas honoríficas também foram restabelecidas. Marco Morel é partidário da noção de o Regresso Conservador resultaria na restauração plena e antecipada da autoridade monárquica constitucional em 1840⁴⁹

Segundo Ilmar Mattos seria nesse momento em que a “geração de 1800 – 1833”, da qual faziam parte tanto a “Trindade Saquarema” (Paulino

⁴⁷ Marco MOREL. **Op. cit.** p.29-30

⁴⁸ Idem.p.31

⁴⁹ Ibidem.

José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai; Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí; e Eusébio de Queirós) quanto Nabuco de Araújo, Saraiva, Zacarias, Cotegipe, Paraná, Rio Branco, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, José de Alencar, Varnhagen, João Francisco Lisboa, Vitor Meireles e outros mais, deu forma aos três mundos (governo, desordem e trabalho) e empenhou-se em conservá-los, ao empenhar seus ideais e suas forças na “consolidação monárquica”. Como ressaltamos no capítulo anterior, Ilmar Mattos é o autor de uma das principais teses sobre o processo de *consolidação* do Estado nacional brasileiro, segundo a qual o ato de consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construíram a sua identidade como uma classe social.⁵⁰

Para aquele autor os conflitos políticos e sociais que marcaram a história do Brasil durante o período de consolidação Império se exteriorizaram numa multiplicidade de acontecimentos que revelam uma sociedade complexa em suas configurações e interesses. E que, diante das dimensões que estes conflitos assumiram e da ameaça de sublevação das camadas populares - sobretudo dos escravos — para aquele setor da sociedade que se constituía em uma classe senhorial escravista, auto denominada *dirigente*, havia uma grande necessidade de se restabelecer a unidade perdida, não só territorial, mas, sobretudo cultural.

⁵⁰ Ilmar Rohloff MATTOS. **O Tempo Squarema**: a formação do Estado Imperial, p.138-139

Ilmar Mattos afirma que a geração de consolidadores do Império do Brasil tinha os olhos na Europa, porque tinham como ideal erigir um Império soberano, à semelhança dos Estados nacionais europeus, e os pés na América como resposta às rebeliões, sedições e insurreições, e que era esse o segredo da trajetória de individuação de uma classe que se auto denominava dirigente.

Nesse sentido, o processo de pacificação das províncias, empreendido pelas elites dirigentes, que ganharam preponderância após o Golpe da Maioridade, não consistia apenas em vitoriosas campanhas militares, mas também contava com a interferência do poder público nas questões culturais, como por exemplo, a fundação de instituições de ensino e de amparo à Memória nacional, como o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Segundo Ilmar Mattos, coube ao Romantismo e à historiografia nascente destacar a individualidade da sociedade imperial, apresentando seus elementos constituintes, distintos e hierarquizados, dos mundos do governo, da desordem e do trabalho, a tornando singular ao recuperar criativamente as características raciais, a língua, os costumes e as instituições que distinguiam o Brasil como uma sociedade diferente das da Europa por se apresentar tendo à desagregação e anomia, e assim motivando nos que a dominavam e pretendiam dirigi-la, ao lado de medidas estritamente políticas, a criação de imagens, logo traduzidas em ações, objetivando a preservação da coesão de seu conteúdo - um território

unificado, num continente sem comoções, a sua continuidade - na figura do Imperador e na coexistência fraterna dos seus elementos construtivos - a miscigenação e a confraternização racial.⁵¹

II.2 O Advento de uma Historiografia nacional

Segundo Valdei Araújo, o novo Império, que após a morte de Dom Pedro I, em 1834, abdicava de qualquer projeto de reunificação à antiga monarquia portuguesa, necessitava completar sua independência política com a *construção* de uma literatura e história nacionais. E que, para alguns veteranos do processo de Independência, a nova situação política que o Brasil vivia na década de 1830 exigia a dedicação a novas tarefas relacionadas à formação da nação brasileira.⁵²

Na formação desse campo de experiência da nacionalidade, a história da literatura assumiria desde o início funções de vanguarda. Em que redescobrir o passado político e literário, revisar a história colonial, dedicar-se às letras que a dominação metropolitana havia bloqueado e que as lutas políticas haviam sufocado, eram os argumentos usados por Januário da Cunha Barboza na introdução de sua antologia histórica de poetas brasileiros, o *Parnaso Lusitano*, publicado entre 1829 e 1832.⁵³

Segundo Valdei Araújo, Januário da Cunha Barboza não utilizava

⁵¹ Ilmar Rohloff MATTOS. **Op. cit** p.139-141

⁵² Valdei Lopes de ARAÚJO. **A Experiência do Tempo**: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)

⁵³ Apud. Valdei Lopes de ARAÚJO & João Paulo PIMENTA. **História**. Verbetes apresentados para o dicionário comparativo dos conceitos no mundo ibérico. 2007. mimeo.

nenhum critério substantivo, além do local de nascimento, para definir quais autores e obras pertenciam à literatura brasileira. Diferentemente do que podemos constatar no *Ensaio sobre a história da Literatura* de Gonçalves de Magalhães publicado na *Revista Nitheroy* em 1836, em que o conceito de literatura passa a ser a representação de todo um campo de experiência em que:

“A Literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua inteligência. E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças, e seus costumes, **a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual ela é único representante na posteridade; sua voz como um eco imortal repercute por toda a parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto na terra um povo existia, cujo nome eu só conservo, cujos heróis eu só conheço; vós porem si pretendeis também conhece-lo, consultai me, por que eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi**”.⁵⁴

Podemos perceber que a noção de literatura presente no texto de Magalhães assume funções que na modernidade seriam atributos característicos do conceito de história. Para Gonçalves de Magalhães a literatura passa então a ser capaz de produzir e preservar a identidade de uma determinada comunidade ao longo do tempo e do espaço. Apoiados nessa mesma proposição de Magalhães, Valdeci Araújo e João Paulo Pimenta afirmam que no Brasil a partir daquele período, a história, por meio da literatura, deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados e torna-se o desenvolvimento progressivo de uma identidade, cujo

⁵⁴ Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES, *Ensaio sobre Literatura*. In: *Revista Nitheroy*. 1836. p. 131

sujeito maior é o povo e o resultado é o estado-nacional.⁵⁵

“O nosso fim não é traçar a biografia cronológica dos autores brasileiros, mas sim a história da literatura do Brasil, que toda a história, como todo o drama, supõe lugar da sena, atores paixões, um fato *progressivo*, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condições nem há história, nem drama”.⁵⁶

Retornando ao texto de Magalhães publicado na revista *Nitheroy*, percebemos que as reflexões históricas e estéticas unificaram-se em torno de uma nova tarefa intelectual em que a escrita da história deveria apresentar as qualidades dramáticas e poetológicas sem abdicar de seu compromisso com a verdade factual. No entanto, o projeto desenvolvido por Gonçalves de Magalhães de produzir uma história da literatura e de uma poesia romântica ainda não correspondia com a escrita da história política e social em voga naquele período.

Segundo Manuel Salgado Guimarães pensar a história é uma das marcas características do Mundo Ocidental oitocentista, no qual são formulados os parâmetros para um moderno tratamento do tema em que o discurso historiográfico ganha foros de cientificidade num processo em que a “disciplina” história conquista definitivamente os espaços da universidade. No palco europeu, onde desde o início do século este processo é observável, percebe-se claramente que o pensar a história

⁵⁵ Valdei Lopes de ARAÚJO & João Paulo PIMENTA. **História**. Verbetes apresentados para o dicionário comparativo dos conceitos no mundo ibérico. 2007. mimeo.

⁵⁶ Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES, **Op. cit.** p. 142

articula-se num quadro mais amplo, no qual a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque.⁵⁷

Outra questão de suma importância para a compreensão do pensamento histórico oitocentista é que para a historiografia e a literatura a nação é, ao mesmo tempo, origem e destino. No caso específico do Brasil, no momento da Formação do Estado nacional, “a ficção de um conceito de nação adequado às características singulares do novo corpo político foi uma das tarefas fundamentais”. Valdeci Araújo afirma que tal conceito deveria ter o Império como modelo e a integridade territorial como dogma. Propiciando, então, um movimento no qual a literatura e a historiografia, a nacionalidade e o Estado se constituem simultâneo e paralelamente.⁵⁸

Segundo João Paulo Pimenta e Valdeci Araújo o crescente movimento de politização da escrita da história moderna seria uma das principais motivações para a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, abrindo-se um espaço institucional no qual serão pensadas as bases de uma história nacional a partir de um campo de experiência moderno.⁵⁹

Esta questão é tratada mais detalhadamente por Manuel Luís Salgado ao dizer que é no processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada.

Segundo aquele autor, uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se

⁵⁷ Manuel Luis Salgado GUIMARÃES. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1(1), *passim*

⁵⁸ Valdeci Lopes de ARAÚJO. **Op. Cit.** p. 32

⁵⁹ Valdeci Lopes de ARAÚJO & João Paulo PIMENTA. **Op. cit.**

como tarefa o delineamento de um perfil para a "nação brasileira", capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações. E que neste sentido, a fundação do IHGB e de outras instituições como o Arquivo Nacional e o Colégio Pedro II, como parte de um projeto das elites políticas comprometidas em forjar simbolicamente a Nação inscrevia-se num amplo conjunto de instituições, que no mundo ocidental, iriam dedicar seus esforços no sentido de recolher, preservar, pesquisar e divulgar as respectivas histórias nacionais.⁶⁰

Esta concepção, em alguma medida, está presente no *Discurso de Fundação* pronunciado por Januário da Cunha Barbosa na solenidade de abertura dos trabalhos do Instituto no ano de 1838.

“Não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento os fatos notáveis da sua história, acontecidos em diversos pontos do Império, sem dúvida ainda não bem designados. Eis o motivos, Senhores, porque dois membros do conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e também sócios do Instituto Histórico de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nossos literatos, se animaram a propor a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que sob os auspícios de tão útil quanto respeitável sociedade curasse de reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil, espalhados por suas províncias, e por isso mesmo difíceis de se colher por qualquer **patriota que tentasse escrever exatamente tão desejada história**. Esta proposta, vós o sabeis, Senhores, foi coroada do mais feliz sucesso e de uma geral aprovação, como se esperava do patriotismo e amor das letras que animam os beneméritos membros da Sociedade Auxiliadora”.⁶¹

Das entusiasmadas palavras de Cunha Barbosa percebe-se não só o desejo de fundar uma historiografia nacional e original há também a

⁶⁰ Manuel Luis Salgado GUIMARÃES. “Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte”. In: Alda Heizer & Antoni o^a P. Videira. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 2-3

⁶¹ Januário da Cunha BARBOSA *Discurso*. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1(1): 9-17, 1839. p.9

intenção de se formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria.

Nesse sentido, os principais objetivos do IHGB eram o estímulo à pesquisa e recolhimento nas províncias e no exterior de documentos relativos à formação brasileira; o estímulo à produção de trabalhos monográficos e gerais que permitissem o estudo da história brasileira; o esclarecimento da sociedade, pelo desenvolvimento da “cultura literária”; o aperfeiçoamento da administração pública, com a formação de melhores quadros funcionais⁶²; e também, “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”. (99)

O projeto de história construído no interior do IHGB procuraria integrar os avanços da historiografia moderna com o objetivo de produzir uma história da formação do Estado enquanto nacional. Seus idealizadores, Cunha Matos e Januário de Cunha Barbosa, ressaltavam o caráter pedagógico do Instituto, pregando que a nova instituição seria capaz de ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento dos brasileiros.

“designando bem claramente a grande utilidade que se pode colher dos estudos históricos e geográficos [...] do qual se descobre a honrosa estrada que podem melhor seguir aqueles dos nossos patrícios em cujos peitos palpitam corações

62 Arno WEHLING. “O historicismo e as origens do Instituto Histórico” In _____ **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Gama Filho, 1994, pp. 156

³ Lilia Moritz SCHUARCZ. *Os Institutos Históricos e Geográficos "Guardiões da História Oficial"*. In: **O espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 -1930 p99

animados pelo amor da glória literária. Eles, de certo, farão o melhor uso dos seus estudos sobre história da pátria, expurgada de tantos erros, enriquecendo os seus espíritos de conhecimento interessantíssimos, que lhes sirvam nos empregos a que forem chamados pelos votos de seus concidadãos. Da combinação dessas idéias, assim adquiridas, nascerão princípios de que deduzam novos conhecimentos, que ilustrem a carreira de sua vida tornando mais profícuos os seus serviços em benefício da pátria”.⁶⁴

Esta noção de que da história, enquanto palco de experiências passadas, de que poderiam ser filtrados exemplos e modelos para o presente e o futuro, e que sobre ela deveriam os políticos se debruçar como forma de melhor desempenharem suas funções é uma noção cara não apenas aos fundadores do Instituto, Gonçalves de Magalhães, por exemplo, em suas *"observações preliminares"* de seu relato sobre a Balaiada, diz que:

“Se as cenas de que somos testemunhas gravadas ficam em nossa memória, nem por isso dispensam a narração delas para o futuro; **porque devem nossos filhos instruir-se com a lição do passado, e saber por que alternativas passamos, que lutas tivemos, que tropeços encontramos, a fim de que, se possível for, evitem os males que sofremos, e prezem o legado que à custa de fadigas nossas lhes transmitimos:** e como no meio mesmo da geral corrupção nunca deixa de aparecer algum coração nobre e generoso, convém que não pereçam no abismo do esquecimento estas virtudes peregrinas, que tanto edificam, e que são os mais preciosos dons que a providência outorga aos homens”.⁶⁵

Porém, esta noção de que da história podem ser obtidos exemplos não deve ser confundida com os pressupostos da história enquanto *"mestra da vida"*. Como afirmamos anteriormente, a historiografia produzida pelo IHGB era diretamente influenciada pelos postulados da historiografia moderna. Posto isso, podemos dizer que para os homens daquela geração a história, não mais simplesmente fornecedora de exemplos atemporais,

⁶⁴ Januário da Cunha BARBOSA- Discurso. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1(1): 9-17,1839. p.13

⁶⁵ Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão de 1838 a 1839. In: **RIHGB** n° 11, 1848. P. 15

serviria, agora, para mostrar o desenvolvimento de um princípio civilizacional ao longo do tempo.

Gumbrecht, um dos principais estudiosos da modernidade, defende a noção de que é somente no início do século XIX que se atribuiu ao tempo à função de ser um agente de mudança. E que a modernidade enquanto fundadora de uma nova ordem histórica passou a ter grande importância na explicação das mudanças historiográficas ocorridas no mundo ocidental a partir daquele período.

“[Na modernidade] à medida que o tempo histórico parece ser posto em movimento por tantos impulsos convergentes, não é mais possível pensar o presente como um intervalo de continuidade. Para o cronótopo tempo histórico, o presente transforma-se naquele *instante imperceptivelmente curto* [...] Mas é também o lugar - e isso talvez seja a roais importante consequência da temporalização do século XIX - em que o papel do sujeito conecta-se ao tempo histórico. Era cada momento presente, o sujeito deve imaginar uma gama de situações futuras que têm que ser diferentes do passado e do presente e dentre as quais ele escolhe um futuro de sua preferência”.⁶⁶

Posto isso, também devemos lembrar da afirmação de Koselleck de que na modernidade os exemplos históricos não poderiam mais “ensinar”, já que naquele momento a experiência do passado começava a se distanciar do horizonte de expectativa. Koselleck afirma também que, para resolver essa instabilidade gerada pela impossibilidade de se aprender com o passado, a narrativa histórica tomou a forma do desenvolvimento de um princípio que garantia a estabilidade entre passado, presente e futuro.⁶⁷ Ou seja, a modernidade inicia uma era em que a primazia do cronótopo tempo

⁶⁵ Hans Ulrich GUMBRECHT. Cascatas de Modernidade. In: _____. *Modernização dos sentidos*. P. 16

⁶⁶ Reinhart KOSELLECK. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Passado Futuro: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006, *passim*.

histórico como fator de explicação da história, os períodos históricos deixaram de ser equivalentes, havendo, assim, a impossibilidade de comparação entre estes, já que existiria uma negação contínua da repetição e da permanência. Destarte, na modernidade a história assume uma forma filosófica na qual os processos eram narrados de forma contínua.⁶⁸

Esta questão pode ser melhor demonstrada numa pequena passagem do *Ensaio* de Magalhães, em que ele diz:

tudo o que poder concorrer para esclarecimento da história geral dos progressos da humanidade merecer deve nossa consideração. Jamais uma nação poderá prever o seu futuro, quando ela não conhece o que ela é, comparativamente com o que foi. Estudar o passado, é ver melhor o presente, é saber como deve marchar.⁶⁹

Segundo Manuel Guimarães esta concepção de história partilhada pelos sócios do Instituto Histórico guarda um nítido sentido teleológico, que conferia ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história. A leitura da história enquanto legitimação do presente, portanto, carregada de sentido político é sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB. Em que o historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica.⁷⁰

⁶⁸ Hans Ulrich GUMBRECHT. Cascatas de Modernidade. In; _____. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998. *passim*

⁶⁹ Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES, *Ensaio sobre Literatura*. In: Revista Nitheroy. 1836. p. 145

⁷⁰ Manuel Luis Salgado GUIMARÃES. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1(1). *Passim*. Esta noção pode ser melhor percebida em uma passagem do Discurso de Fundação em que Januário da Cunha Barbosa diz: “A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha,

É, portanto, a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso, que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras.⁷¹

Nesse sentido, a partir da década de 1840, estava aberto o caminho para a elaboração de uma meta-narrativa da história nacional, na qual escrever a história do Brasil pareceu significar trazer para foros de competência científica uma representação do país que pressupunha a existência de um campo epistemológico previamente demarcado, uma vez que se entendia a nação enquanto dado meta-histórico, cuja origem era encontrada na descoberta do país pelos portugueses. Se de um lado esse episódio parecia representar um mito de origem, a partir do qual se podia datar uma história local branca e europeia, de outro revelava concepções comuns que pressupunham a existência de um objeto chamado Brasil, antes mesmo de se efetivar processo de conquista e Colonização, por parte dos Portugueses.

Os letrados sócios do IHGB teceram a Memória Nacional tendo como fio condutor e a idéia de continuidade. Na sua concepção, o Estado Monárquico, instaurado em 1822, apresentava-se legitimamente herdeiro e sucessor do Império Ultramarino Português. No entanto, essa reflexão não é

necessita de um guia esclarecido e seguro, que acelere os seus passos. O talento dos historiadores e dos geógrafos é só quem pode oferecer-nos essa galeria dos fatos, que sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de lugar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro”. *Januário da Cunha BARBOSA. Discurso, RIHGB*, Rio de Janeiro, 1(1): 9-17, 1839. p. 12

⁷¹ Manuel Luis Salgado GUIMARÃES. *Op. cit*

completamente inovadora, tal proposta já está presente em obras historiográficas e panfletárias anteriores à fundação do Instituto⁷². A diferença fundamental da historiografia do IHGB em relação às produções anteriores é a elevação da Independência à condição de fio condutor da história. Para o projeto historiográfico desenvolvido pelos sócios do IHGB, a Independência não apenas produziu as condições da escrita da história nacional, mas era ela mesma, o grande processo a ser narrado. Isto é, para os membros Instituto, a história do Brasil deveria ser, desde sua origem, a história de seu processo de emancipação.

Posto isso, podemos afirmar que a produção historiográfica vinculada ao IHGB se empenhou na tarefa de fixar temas, cristalizar noções e difundir imagens do passado em consonância com os projetos políticos empreendidos pela elite dirigente vinculada aos interesses da classe senhorial escravista em formação por esses mesmos processos. Assim, aqueles acontecimentos relativos ao período colonial ou aos primeiros anos do Império que contrariassem um “desenvolvimento natural” da formação de um Estado nacional centralizado e unificado, deveriam ser entendidos como “ilógicos”, como a expressão de uma “crise” que deveria ser superada para que o destino nacional pudesse realizar-se.

⁷² Um exemplo de obra de cunho historiográfico em que a noção de que o Império do Brasil é herdeiro da Nação portuguesa é a obra de José da Silva LISBOA, **História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil** 4 Vols. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825-1830.

Capítulo III. A Meta-narrativa de Gonçalves de Magalhães

No capítulo anterior, desenvolvemos uma sucinta análise do processo de formação de um campo historiográfico nacional, na primeira metade do século XIX, em que a fundação do IHGB desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento de meta-narrativas da história nacional. Propomos, agora, o estudo da aplicação do projeto político de construção de identidade nacional e de consolidação de uma monarquia constitucional-centralizadora, pelo IHGB, por meio de uma análise do discurso de uma obra exemplar da produção histórica, da primeira fase do Instituto, em que fosse possível identificar a defesa do projeto de gênese da Nação brasileira, em oposição ao fardo de trezentos anos de colonização, que pesava sobre a sociedade imperial.

Destarte, analisaremos a *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão de 1839 a 1840*⁷³, de autoria do Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães. É o intuito de melhor compreender a peculiaridade da historiografia oitocentista brasileira que nos guia na elaboração de uma análise do discurso empregado por Gonçalves de Magalhães, em sua premiada obra sobre a Balaiada, utilizando o quadro teórico fornecido por Hayden White em seu livro *Meta-história*, no intuito de compreender a exposição dos ideais de unidade nacional, redução dos conflitos internos e consolidação da monarquia

⁷³ Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES. *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão de 1838 a 1839*. In: **RIHGB** n° 11, 1848. P. 263-362.

constitucional; ambicionados pelo projeto político da elite intelectual do Império brasileiro na primeira metade do século XIX, e presente na produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A escolha de tal autor e daquela obra em específico não foi aleatória. Domingos José Gonçalves de Magalhães, futuro Visconde de Araguaia, médico formado pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e um dos principais expoentes do romantismo literário, era uma jovem revelação do cenário político e intelectual brasileiro na primeira metade do século XIX. Magalhães passou para a história como poeta romântico, com certeza, Gonçalves de Magalhães escreveu poemas, mas também publicou ensaios sobre literatura, peças de teatro, textos antropológicos e historiográficos, além de compor maravilhas literárias como “A Confederação dos Tamoios”

Poeta e cronista de prestígio conseguiu em 1834, uma viagem à Europa como adido à legação brasileira em Paris. Aos 28 anos de idade era membro do Instituto Histórico da França, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ingressando posteriormente no Imperial Colégio de Pedro II como lente de Filosofia.

Em sua atuação política Gonçalves de Magalhães chegou a ser diplomata e, também, Secretário de Estado de Luis Alves Lima, futuro Duque de Caxias, em duas oportunidades. A primeira quando o então Coronel Luis Alves Lima foi designado Presidente da Província do Maranhão, com a finalidade de sufocar a insurreição denominada Balaiada. A segunda, quando aquele oficial ocupou cargo semelhante no Rio Grande

do Sul, encarregado de pôr fim à chamada *Guerra dos Farrapos*. Em ambas ocasiões essa parceria mostrou-se bastante fecunda. Por um lado, Caxias, desembainhando a espada e utilizando-se da anistia, submetia os rebeldes e abria caminho para a política centralizadora do Segundo Reinado. Por outro lado, Magalhães armado com a pena, registrava os sucessos políticos e militares em relatórios circunstanciados, que eram remetidos ao Rio de Janeiro, com a finalidade de não se perder as lembranças daqueles fatos. Tal atuação é reforçada pela elaboração de uma crítica e detalha narrativa sobre os acontecimentos relacionados à Balaiada publicada no ano de 1848 pela Revista do IHGB.

Tal obra foi considerada pelos censores da Revista como um testemunho irrepreensível, modelo de imparcialidade, digno de figurar na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo considerada o melhor trabalho historiográfico apresentado ao Instituto no exercício de 1847, conferindo uma medalha de ouro como premiação a Gonçalves de Magalhães.⁷⁴

A escolha da *Memória* justifica-se, também, pelo fato da Balaiada, consistir num movimento sedicioso, que teve origem em disputas partidárias entre as Elites maranhenses e ter contado com ampla participação popular. E, também, por acreditarmos que Gonçalves de Magalhães desenvolveu uma bem estruturada narrativa, de forma a demonstrar a seus leitores a oposição do ideal, que se pretendia para a

⁷⁴ IHGB, Ata da sessão de 22 de julho de 1847. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 9(7): 425, 1847. e IHGB, Ata da sessão de 2 de setembro de 1847. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 9(7): 440, 1847.

Nação brasileira, e de acontecimentos e atuações políticas que deveriam ser superados para que o Brasil alcançasse o arquétipo de civilização, almejado pela elite intelectual do império.

Para um melhor entendimento da maneira pela qual Gonçalves de Magalhães compreendeu o processo histórico da Balaiada e a maneira pela qual ele narrou aquele movimento de rebeldia, utilizaremos o quadro teórico de Hayden White, por acreditarmos que tal proposta teórica realmente pode ser aplicada à historiografia oitocentista brasileira e também por considerarmos que a análise do discurso empreendido pelos intelectuais brasileiros, daquele período, pode colaborar para um melhor entendimento do modo pelo qual tais intelectuais compreendiam os processos históricos por eles relatados.

Portanto, caberia aqui, uma sucinta apresentação deste mesmo quadro. Porém, antes de apresentá-lo, devemos ressaltar que Hayden White considera o trabalho histórico como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser a representação de estruturas e processo passados. E que nesse sentido, Hayden White propõem a existência de três tipos de estratégias que o historiador pode utilizar-se para alcançar diferentes tipos de “impressão explicativa”, que seriam: (a) explicação por argumentação formal; (b) explicação por elaboração de enredo; e (c) a explicação por *implicação ideológica*. Dentre cada uma dessas estratégias explicativas, Hayden White, identifica quatro possíveis *modos de argumentação*: **formismo**; **organicismo**; **mecanicismo**; e

contextualismo. Sendo que para a *elaboração do enredo* há os arquétipos da estória **romanesca**; da **comédia**; da **tragédia**; e da **sátira**. Havendo ainda, quatro variantes a respeito da *implicação ideológica* que seriam o **anarquismo**; **conservadorismo**; **radicalismo**; e **liberalismo**.

III. 1. Meta-história

White define que a *elaboração de enredo* é a via pela qual uma sequência de eventos modelados numa estória gradativamente se revela como sendo uma estória de um tipo determinado. Tendo como base à teoria de Northrop Frye, Hayden White identifica o arquétipo da estória **romanesca**, fundamentalmente como um drama de auto-identificação simbolizado pela capacidade do herói em transcender o mundo da experiência e libertar-se dele no final da trama. No arquétipo da **comédia**, a esperança do efêmero triunfo do homem sobre seu mundo é oferecida pela perspectiva de reconciliações ocasionais das forças em jogo tanto no mundo social, quanto no natural. Segundo Hayden White, as comédias costumam terminar com reconciliações e ocasiões festivas onde os elementos que eram aparentemente opostos mostram-se no final das contas conciliáveis uns com os outros.

No arquétipo da **tragédia**, se há ocasiões festivas, como no caso da comédia, estas são falsas ou ilusórias. O que se encontra são sugestões de possibilidades de estados de divisão entre os homens. Hayden White

considera a “Queda” do protagonista da tragédia e o abalo do mundo que ele habita - ocorridos no final da trama -, não são considerados ameaçadores para aqueles que sobrevivem à tormenta exposta na tragédia, mas funcionam, sim, como exemplo a estes “sobreviventes”. Hayden White considera que as reconciliações que se dão ao final da tragédia tem um caráter de resignações dos homens com as condições em que devem lidar no mundo. Já o arquétipo da **sátira**, representa uma espécie diferente de restrição às esperanças, possibilidades e verdades da existência humana que podem ser reveladas na estória romanesca, na comédia e na tragédia respectivamente, o modo satírico de representação aponta uma convicção de que o mundo envelheceu. Preparando a consciência humana para o repúdio a todas as conceptualizações rebuscadas do mundo e seus processos.

No que diz respeito à *explicação por argumentação formal*, Hayden

White considera que:

neste nível de conceptualização, o historiador explica os eventos da estória (ou a forma que imprimiu a esses eventos ao pô-los em enredo de um modo particular) através da construção de um argumento monológico-dedutivo. Esse argumento pode ser analisado à maneira de um silogismo, no qual a premissa maior consiste em alguma lei putativamente universal de relações causais, a premissa menor, nas condições do limite dentro do qual a lei é aplicada e uma conclusão na qual os eventos realmente ocorridos são deduzidos das premissas por necessidade lógica.⁷⁵

Hayden White tem uma concepção de que: representar “o que aconteceu” e “por que aconteceu como aconteceu” seriam atitudes bem

⁷⁵ WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. p. 26.

distintas, do ato de prover um modelo verbal, na forma de uma narrativa, capaz de esclarecer o processo de encaminhamento que conduz de uma situação para outra situação recorrendo às leis de causação.

O que podemos compreender disto são os diferentes pontos de vista da natureza da realidade histórica e da forma apropriada que um relato histórico deve assumir no intuito de dar significação aos eventos históricos descritos na narrativa.

Tomando por referência a análise de Stephen C. Pepper, Hayden White diferenciou quatro paradigmas da forma que se pode idealizar uma explicação histórica, considerada como tendo um argumento discursivo **formista; organicista; mecanicista; ou contextualista.**

A teoria **formista** da verdade, empregada por Hayden White, almeja a identificação das características singulares dos objetos que habitam o campo histórico. Tais objetos podem ser individualidades ou coletividades, particulares ou universais, entidades concretas ou abstrações. Nesta concepção da explicação histórica, a unicidade dos diversos agentes, agências e atos que compõem os “eventos” a serem explicados são fundamentais para as investigações e não o fundo ou a cena em que aparecem tais entidades⁷⁶.

As hipóteses **organicistas** e suas referentes teorias da verdade e da argumentação são relativamente mais “integrativas” e, conseqüentemente mais redutivas em suas operações. No âmago da estratégia organicista

⁷⁶ Hayden WHITE. **Op. cit** p. 29

existe um compromisso metafísico como o paradigma da relação microcósmico-macrocósmica; e “o historiador **organicista** tenderá a ser regido pelo desejo de ver entidades individuais como componentes de processos que se agregam em totalidades que são maiores ou qualitativamente diferentes da soma de suas partes”⁷⁷. A história escrita nesse modo de argumentação tende a direcionar-se para a determinação de um fim ou de uma meta para qual o autor presume que tendem todos os processos encontrados no campo histórico.

As hipóteses de concepções **mecanicistas** do mundo são integrativas em seu objetivo. Mas também tende a ser mais redutivas do que sintéticas. Os autores de tendências mecanicistas estudam a história a fim de predizer as leis que de fato governam as suas operações e escrevem a história a fim de exibir na forma de uma narrativa os efeitos dessas leis.

O **contextualismo** como teoria da verdade e da explicação representa uma concepção funcional do sentido ou da significação dos eventos percebidos no campo histórico dentro de um contexto de sua ocorrência, sendo explicados pela revelação das relações específicas que tem com outros eventos ocorrentes em seu espaço histórico. Desta forma, os contextualistas acreditam que “o que aconteceu” no campo histórico pode ser explicado pela especificação das inter-relações funcionais existente

⁷⁷ Idem.p. 30

entre agentes e agências que ocupavam aquele determinado campo naquele mesmo espaço temporal analisado pelo autor contextualista⁷⁸.

A respeito das explicações por *implicações ideológicas*, Hayden White afirma que:

parece haver um irreduzível componente ideológico em todo relato histórico da realidade. A própria afirmação de se ter distinguido um passado de um mundo presente de reflexão e práxis social, e de se ter determinado a coerência formal daquele mundo passado, implica uma concepção da forma que o conhecimento do mundo presente também deve tomar, na medida que é contínuo com aquele mundo passado. O compromisso com uma forma particular de conhecimento predetermina os tipos de generalizações que se pode fazer sobre o mundo presente, os tipos de conhecimento que se pode ter deles, e conseqüentemente os tipos de projetos que é lícito conceber para mudar esse presente ou para mantê-lo indefinitivamente em sua forma vigente⁷⁹.

As dimensões ideológicas de um relato histórico refletem o elemento ético envolvido na adoção por parte do historiador de uma postura pessoal sobre a questão da natureza do conhecimento histórico e suas implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos atuais.

Seguindo a análise de Karl Mannheim, Hayden White postula quatro posições ideológicas básicas: **Anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo**. Aqui, tais termos são mais utilizados como designadores da preferência ideológica geral aplicada as narrativas do que como emblemas partidários.

White afirma que assim como toda ideologia é acompanhada por uma idéia específica da história e seus processos, toda a idéia de história é,

⁷⁸ Hayden WHITE. **Op. cit.** p. 32-35

⁷⁹ Idem. p. 36

também acompanhada por implicações ideológicas especificamente determináveis. Desta forma, cada uma das quatro posições ideológicas postuladas por Hayden White, aborda de forma distinta os diversos problemas históricos, tais como as transformações sociais e a demarcação temporal do ideal utópico de cada uma destas posições ideológicas.

O intuito de Hayden White é indicar como tais considerações ideológicas se encaixam nas tentativas do historiador de explicar o campo histórico e construir um modelo verbal dos processos desse campo dentro de uma narrativa.

Penso que o momento ético de uma obra histórica se reflete no modo de implicação ideológica pelo qual uma percepção estética (a elaboração do enredo) e uma operação cognitiva (o argumento) podem combinar-se para deduzir enunciados prescritivos daqueles que pareçam ser puramente descritivos ou analíticos [...] [assim] as implicações morais de um determinado argumento histórico tem de ser inferidas do relacionamento que o historiador presume ter existido, dentro de um conjunto de eventos considerados, entre a estrutura de enredo da conceptualização narrativa de um lado e a forma do argumento oferecido como explicação científica explícita do conjunto de eventos, do outro.⁸⁰

Um conjunto de eventos postos em enredo como uma **tragédia**, podem ser explicados "cientificamente" (ou realisticamente) recorrendo-se a leis precisas de determinação causal ou leis putativas de liberdade humana, conforme o caso. O impulso ideológico das histórias modeladas nesses modos alternativos é em geral **“conservador”** e **“radical”** respectivamente. Tais implicações não precisam estar formalmente delineadas na própria narração histórica, mas serão identificáveis pelo tom ou clima em que estão moldadas as resoluções do drama e a epifania da lei

⁸⁰ Hayden WHITE. **Op. cit** p. 41

que assim se manifesta O autor de implicação ideológica preponderantemente **conservadora** pretenderá, por meio de uma explicação **mecanicista** deduzir implicações ideológicas que são socialmente acomodacionistas, manutenção do *status quo* da sociedade. Já, um autor de implicação ideológica **radicai**, também se utilizando uma explicação **mecanicista**, fará uma descrição **trágica** da história que é heróica e militante no tom⁸¹.

Segundo Hayden White, um estilo historiográfico representa uma combinação particular de modo de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. No entanto, a seu ver, tais elementos não deveriam ser combinados indiscriminadamente numa mesma obra, pois, existem afinidades eletivas entre os vários modos que poderiam ser utilizados no intuito de alcançar uma impressão explicativa nos diferentes níveis de composição. Tais afinidades podem ser graficamente representadas desta forma:

Modo de Elaboração de Enredo	Modo de Argumentação	Modo de Implicação Ideológica	Tropo
Romanesco Trágico Cômico Satírico	Formista Mecanicista Organicista Contextualista	Anarquista Radical Conservador Liberal	Metáfora Metonímia Sinédoque Ironia

⁸¹ Hayden WHITE. Op. cit. p. 42

Desta forma, um texto de *influência ideológica liberal*, combinaria com um *modo de argumentação contextualista*, o que certamente resultaria numa narrativa de *enredo satírico*. Mas segundo White a tensão dialética que caracteriza a obra de um historiador magistral geralmente surge do empenho deste em aliar um modo de elaboração de enredo com um modo de argumentação ou de implicação ideológica incompatível com o primeiro.

O problema do historiador seria, então, construir um protocolo linguístico, preenchido com as dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual ele caracterizaria o campo histórico, e os elementos nele contidos, com seus próprios termos e assim prepará-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá em sua narrativa. Por sua vez, tal protocolo linguístico preconceptual seria caracterizável em função do modo tropológico dominante em que será vazado.

Segundo Hayden White, a fim de imaginar o que realmente aconteceu no passado o historiador deve primeiro prefigurar como objeto possível de conhecimento o conjunto completo de eventos referidos nos documentos. Este ato é poético, visto que é precognitivo e pré-crítico na economia da própria consciência do historiador. É também constitutivo dos conceitos que empregará para identificar os objetos que povoam aquele domínio e caracterizar os tipos de relações que eles podem manter entre si. No ato poético que precede a análise formal do campo o historiador cria o

seu objeto de análise e também predetermina a modalidade das estratégias conceituais de que se valerá para explicá-lo⁸².

No entanto, segundo Hayden White, existem apenas quatro tipos principais de estratégia explicativas, que correspondem aos quatro principais *tropos* da linguagem poética ou figurada que são: **metáfora**; **metonímia**; **sinédoque**; e **ironia**.

Apoiando-se na teoria dos *tropos*, Hayden White afirma que estes permitem a caracterização de objetos em diferentes tipos de discurso indireto, ou figurado. Sendo especialmente úteis para entender as operações pelas quais os conteúdos de experiência que resistem à descrição em representações não ambíguas em prosa podem ser prefiguradamente compreendidos e preparados para apreensão consciente.

Sendo assim podemos considerar que no *tropo* da **metáfora** os fenômenos são caracterizados em função de sua semelhança ou diferença com um outro fenômeno na forma de uma analogia, uma representação. Destarte, uma expressão **metafórica** declara que existe semelhança entre os dois objetos comparados, apesar das diferenças manifestas entre eles. No caso da **metonímia** o nome de uma parte da coisa passa a assumir o nome do todo, então, pode-se simultaneamente distinguir entre dois fenômenos e reduzir um à condição do outro. Na **sinédoque**, um fenômeno pode ser caracterizado usando-se uma parte para simbolizar alguma qualidade que se presume seja inerente à totalidade. Dessa forma, pelo *tropo* da **sinédoque** é

⁸² Hayden WHITE. Op. cit. p. 45

possível interpretar as duas partes à maneira de uma integração dentro de um todo que é qualitativamente diferente da soma das partes e do qual as partes são apenas réplicas microcósmicas.

Consideramos os três tropos até agora examinados como paradigmas, suprimidos pela própria linguagem, das operações pelas quais a consciência pode prefigurar áreas de experiência que são cognitivamente problemáticas a fim de posteriormente submetê-las a análise e explicação. Isto é, no próprio uso linguístico, o pensamento se abastece de possíveis paradigmas alternativos de explicação. A metáfora é representacional no sentido em que poderá sê-lo o formismo. A metonímia é reductiva à maneira mecanicista, enquanto a sinédoque é integrativa como o é o organicismo. A metáfora sanciona a prefiguração do mundo da experiência no plano da relação objeto-objeto, a metonímia no da relação parte-partes e a sinédoque no da relação objeto-todo. Cada tropo também promove o cultivo de um protocolo linguístico único. Esses protocolos linguísticos podem ser chamados de linguagens da identidade (metáfora), da extrinsecalidade (metonímia) e da intrinsecabilidade (sinédoque).⁸³

A **ironia** permite caracterizar entidades por meio da negação no nível figurado do que é afirmado positivamente no sentido literal, sendo uma atitude negacional. O tropo da ironia teria um equivalente “sentimental” auto-consciente.

Segundo Hayden White, a **ironia** seria um tropo essencialmente dialético, visto que representa um uso autoconsciente da metáfora a serviço de uma auto-anulação verbal. A tática retórica da aporia seria considerada por este autor como a fórmula estilística predileta da linguagem irônica.

A teoria dos tropos proporciona um meio de caracterizar os modos dominantes de reflexão histórica que toma forma na Europa no século XIX. E, como base para uma teoria geral da linguagem poética, permite-me descrever a estrutura profunda da imaginação histórica daquele período considerado como produto de um ciclo encerrado. Pois cada um dos modos pode ser visto como uma fase, ou momento, dentro de uma tradição de discurso que evolui das formas de

⁸³ Hayden WHITE. **Op, cit.** p. 50

percepção metafórica, metonímica e sinedóquica do mundo histórico para uma apreensão irônica do irreduzível relativismo de todo o conhecimento.⁸⁴

III.2 A Meta-narxativa de Gonçalves de Magalhães

Na primeira parte desse capítulo, nos concentramos em demonstrar, de forma sucinta, o quadro teórico utilizado por Hayden White para fundamentar sua teoria de que seria possível determinar as características de família das diversas concepções do processo histórico. Passaremos agora para a segunda parte, em que nos propomos a aplicar o quadro teórico fornecido por Hayden White à *Memória*.

Cabe ressaltar mais uma vez que propomos a analisar a *Memória* não apenas pelo fato desta ter sido premiada pelo IHGB, mas também pela possibilidade que o texto de Magalhães fornece de compreender a Balaiada como um movimento que contou com ampla participação dos homens livres pobres e que seria justamente o caráter da participação destes grupos no movimento — aliada à participação dos negros - que daria à Balaiada uma configuração especial dentre as mobilizações ocorridas naquele período, conferindo a essa revolução um caráter indesejado frente ao projeto das elites dirigentes, de consolidação de uma monarquia constitucional que garantisse a unidade territorial e política do Império Brasileiro.

Magalhães, ao narrar os acontecimentos maranhenses, encarava a Balaiada como um movimento particular do Maranhão, por conta de certas

⁸⁴ Hayden WHITE. **Op. cit.** p. 52

peculiaridades que a distinguia das demais rebeliões daquele período, tais como o seu caráter popular e a larga participação de escravos fugidos. No entanto, Magalhães também a enxergava inserida num contexto geral de instabilidade política que assolava o Império naquele período em que a consolidação da ordem monárquica e a pacificação das Províncias ainda não haviam sido alcançadas.

Destarte, Magalhães toma a Balaiada como objeto de estudo, no intuito de simbolizar a falta de conduta moral dos homens envolvidos na disputa político-partidária que assolava não apenas a sociedade maranhense, mas também diversas regiões do império. Pretendendo constituir uma versão daquela Rebelião, que demonstrasse o desregramento geral da vida política das décadas de 1830 e 1840, e que enaltecesse as qualidades daqueles personagens que de alguma forma contribuíram para o estabelecimento da ordem monárquica e da pacificação da província rebelada.

O caráter transitório do tempo e a convicção de sua instabilidade de tal modo sobre nós tem operado que, nas nossas dúvidas, em contínuas expectativas e malogradas experiências, quase que perdemos a fé do futuro. Se porém, aos olhos do filósofo, tais acontecimentos, consequências legítimas de princípios conhecidos, facilmente se explicam, o mesmo não sucede ao vulgo, a quem se apresentam os fatos desligados de suas verdadeiras causas, supondo assim outras, e muitas vezes exagerando aquelas que lhe embute a perversa política dos partidos; e essa mesma falsa política do tempo gerada em cabeças ambiciosas e dominadas pelo **espírito efêmero da época**, tem propagado o ceticismo, e impelido o Brasil no desfiladeiro das rebeliões.⁸⁵

⁸⁵ Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão de 1838 a 1839. In: **RIHGB** n° 11, 1848. p. 264. (daqui em diante apenas Memória)

Segundo Gumbrecht, seria somente no início do século XIX que se atribuiria ao tempo à função de ser um agente de mudança⁸⁶, deste modo, podemos relacionar a compreensão do cronotopo *tempo histórico* a que Gonçalves de Magalhães se refere, como sendo uma *época de transição*, em consonância com a proposição de Gumbrecht de que os modernos encaravam o tempo como produtor de mudanças. Desta forma, ao lermos a passagem acima, percebemos que Magalhães tem uma compreensão sobre o tempo histórico em que o passado e o futuro fazem parte de uma unidade maior que é a História da nação brasileira.

O fato de Magalhães considerar as Regências como uma *época de transição*, reforça sua argumentação de que a Monarquia Constitucional regida pela casa de Bragança era a melhor forma de governo para o Império brasileiro. Na Memória, Gonçalves de Magalhães elabora uma extensa crítica a atuação de grupos políticos envolvidos na política-partidária que, naquele período de *instabilidade*, utilizavam-se de meios *vergonhosos* para alcançarem os cargos públicos:

Empregam os nossos políticos todos os vergonhosos meios para dos públicos lugares arredar os seus antagonistas e rivais; de tudo se há abusado; o jornalismo, esta potência do bem e do mal, é entre nós um famoso libelo infamatório a todos os poderes e a todas as capacidades; é o punhal do assassinato moral, que fere publicamente, não derrama sangue, mas a honra e o brio, que mais valem; alcançado o fim, que é a desmoralização do povo, renegam eles a sua obra, como o devasso pai que não quer reconhecer o torpe filho da impureza. Mas quando? depois de terem posto tudo em conflagração!

Essa ferrenha crítica à prática da política-partidária, esboçada por Magalhães, é fruto de sua interpretação de que nenhum partido político

⁸⁶ Hans Ulrich GUMBRECHT. Cascatas de Modernidade. In: ___. *Modernização dos sentidos*. P. 15

representaria ideias fixas, ou atuaria de acordo com as reais necessidades do país, pois o único interesse de um partido, a seu ver, seria triunfar nas eleições e assumir os postos antes ocupados por seus opositores. Desta forma, a atuação política dos partidos se daria de acordo com os interesses momentâneos daqueles grupos, isto é, as leis e a distribuição de recursos seriam feitas de acordo com as necessidades do partido e não em benefício da nação, o que, aos olhos de Gonçalves de Magalhães, não coincidia com os reais anseios do projeto de nação pregado pelas elites dirigentes imperiais.

Magalhães dá início à narrativa sobre a Balaiada com a apresentação do **contexto** em que estava inserido o campo histórico trabalhado por ele, já que ao seu ver:

Antes de historiar é mister conhecer os homens, classes, usos e costumes do país que nos atrai a atenção, porque tais coisas são de grande importância para o peso dos fatos e inteligência de muitos, que sem este prévio conhecimento pareceriam, à primeira vista d'olhos, inexplicáveis.⁸⁷

Com base nesta premissa, logo nas primeiras páginas de seu relato, Magalhães expõem as peculiaridades físicas, econômicas e sociais do Maranhão, que é caracterizado como uma região esquecida do Império, uma Província cujas principais atividades econômicas estavam relacionadas à plantação de algodão e a criação de gado bovino.

Tudo o que é colher sem martirizar a terra com meios de indústria adotam os Srs. fazendeiros, pouco cuidadosos de melhorar a lavoura; e por isso toda a província está coalhada de fazendas de **criação de gado vacum**, em cujo trato e para a

⁸⁷ Memória P. 266

salga das carnes e couros se ocupam cardumes de homens ociosos, sem domicílio certo, pela maior parte de uma raça cruzada de índios, brancos e negros, a que chamam *cafuzos*, os quais são muito amantes desta vida meio errante, pouco dados a outros misteres e muito à rapina e à caça, distinguindo-se apenas dos selvagens pelo uso da nossa linguagem, São **estes homens de cruel índole pelo hábito de pasturar e matar o gado, consumindo o resto da vida em ócio ou em rixas. Desta gente bruta há grandes manadas nesta província, e assim nas do Piauhy e Ceará, análogas a estas pelos usos e costumes, Muitos dos Srs. fazendeiros, à imitação dos antigos barões, vivem sem respeito algum às autoridades**, vingando-se por suas mãos de particulares insultos, e acoutam em suas terras os facinorosos que buscam o seu abrigo, e que em tudo se prestam às suas vinditas. De tal gente se escoltam e se fazem temíveis, e tão fácil lhes é ordenar um assassinato, como o negar uma dívida, ou ao menos não pagar aos credores, os quais por sua vez, se podem, não duvidam empregar os mesmos meios para haver os seus bens. Esta é a gente que incitada nos fez a guerra, é ela a que compôs o exército da rebeldia.⁸⁸

O autor utiliza-se desses recursos de **contextualização** com o intuito de relacionar os motivos que levaram ao desencadear do movimento rebelde maranhense, não apenas com as particularidades daquela região esquecida do Império, mas também com o conturbado contexto de disputas políticas das décadas de 1830 e 1840, relacionando tanto fatores locais quanto fatores ligados ao contexto imperial, como desencadeadores do movimento de rebeldia que assolou a província entre os anos de 1838 e 1841.⁸⁹

Relembrando a teoria de Hayden White sobre o modo de argumentação, percebemos que Magalhães constrói uma explicação **organicista** sobre a Balaiada, em que as explicações do motivo por que as coisas aconteceram do modo como aconteceram se dão inserindo o acontecimento em seu **contexto** pela identificação de todos os elementos

⁸⁸ Memória p. 267

⁸⁹ Sobre a Balaiada ver: Maria de Lourdes Mónaco JANOTTI *Balaiada: construção da memória histórica*. In: **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.41-76, 2005

que conferem ao acontecimento a *textura* de uma particularidade, porém dentro de uma relação microcós mica-macrocosmica.

Magalhães ressalta que o contexto maranhense não se diferenciava demasiadamente das outras regiões do Império, principalmente no que tange às disputas entre elites locais e as práticas político-partidárias adotadas por elas. Sendo tais atitudes amplamente criticadas na *Memória* e consideradas pelo autor como fatores que impulsionaram a revolta. Assim, o desregramento moral e político das elites maranhenses, representado pelos dois grupos rivais, — bemtevis (liberais) e cabanos (conservadores) — na discussão sobre a Lei dos Prefeitos, indicado pelo autor como o fator que levou ao início da rebeldia:

“Dividiu-se a população em dois partidos rancorosos, os bemtevis e os cabanos, e nos braços do segundo entregou-se o governo, que em meio deveria permanecer e equilibrá-los. Governo partidário é sempre injusto. [...] Mais se excitava toda esta cólera dos partidos pela ambição do mando e dos lugares, e pelo desejo de triunfar nas eleições: os que de cima estavam pela influência do partido não queriam descer, os outros queriam subir, trocavam-se insultos, até que afinal sucedeu à infame guerra de palavras o grito da rebelião e da guerra civil.”⁹⁰

Nesta passagem fica clara a opção defendida por Magalhães por um governo que funcionasse como mediador dos interesses em jogo, em detrimento da permanência de governos pautados na disputa partidária. Há aqui também uma demonstração da ligação entre as disputas políticas das Elites Maranhenses e os motivos que levaram ao rompimento da ordem.

Percebemos que Gonçalves de Magalhães empreende uma ampla caracterização da sociedade maranhense, de modo a explicitar a seus

⁹⁰ Memória p. 270

leitores que as características apontadas sobre aquela província poderiam ser estendidas para outras regiões do império, dando uma impressão que aquelas particularidades perceptíveis na sociedade maranhense - como a falta de moral política e a disputa pelos cargos públicos - seriam traços inerentes à totalidade da sociedade imperial, naquele período, entendido pelo autor como uma *época de transição*, do desregramento da colonização e das regências para o estabelecimento da ordem monárquica constitucional, após a coroação de D. Pedro II.

Anteriormente - ao apresentarmos o quadro teórico de Hayden White - havíamos afirmado que quando um autor utiliza-se da **sinédoque** como tropo fundamental de sua explicação, um fenômeno pode ser caracterizado usando-se uma parte do todo para simbolizar alguma qualidade que se presume inerente à totalidade. Ou seja, utiliza-se uma parte específica da totalidade para caracterizar uma peculiaridade do todo que possa ser facilmente identificada naquela parte escolhida para tal caracterização.

Hayden White nos explica tal operação com a análise da expressão: “ele é todo coração”, segundo aquele autor, nessa frase o termo “coração” deve ser entendido figuradamente como designando aquela qualidade de caráter convencionalmente simbolizada pelo termo “coração” na cultura ocidental, ou seja, o termo “coração” deve ser interpretado como símbolo de uma qualidade que é característica do indivíduo todo, considerado como uma combinação de elementos físicos e espirituais, todos os quais

participam dessa qualidade na modalidade de uma relação microcós mica-macrocosmica. Posto isso, empregando-se o tropo da **sinédoque** seria possível interpretar as duas partes - a parte e o todo - à maneira de uma integração dentro de um conjunto que é qualitativamente diferente da soma das partes e do qual as partes são apenas réplicas microcós micas.⁹¹

Percebemos que Gonçalves de Magalhães tem uma compreensão da Balaiada pautada no tropo da **sinédoque**, em que ele a compreende como um evento específico - uma rebelião de caráter local - porém, relacionada a um complexo contexto de instabilidade política e institucional que assolou o Império brasileiro durante as décadas de 1830 e 1840.

Após a apresentação do contexto geral em que se deu o evento histórico analisado, Gonçalves de Magalhães dá continuidade a sua narrativa demonstrando os fatos que deram início à Rebelião e o desenrolar do conflito entre os dois grupos rivais.⁹² Magalhães utiliza o desenvolvimento do conflito como ferramenta de explanação contra o desregramento moral das Elites Imperiais.

outro rebelde à frente de numeroso grupo começou a ter nomeada pelas suas atrocidades; foi esse o célebre Balaio, que deu seu nome a todos os rebeldes.

⁹¹ Hayden WHITE. **Op. cit.** p. 50

⁹² “Aos 13 de dezembro de 1838 na vila da Manga, situada na margem esquerda do Iguará, comarca do Itapucuru, apresentou-se um certo Raymundo Gomes, **homem de cor assaz escura, acompanhado de nove de sua raça**; arrombaram a cadeia da vila e soltaram os presos criminosos. [...] Nascido no Piauí e **filho dessa raça cruzada de índios e negros** de que tratamos, criado no campo entre o gado que pastorava, prestando a sua faca às vinganças próprias e alheias, **leigo nas letras humanas**, apenas conhecido por alguns assassinatos de que impunemente vivia, **manchado pela perversidade dos costumes que relatamos e ineficácia das leis**; não se arrojará a perturbar a tranquilidade pública por motivos políticos, sem estranho impulso; e quando ousasse, abortaria a sua audácia a não encontrar o decidido apoio, que incontestavelmente lhe foi dado. **Instrumento estúpido de um cego partido que cuidou poder**, quando lhe aprouvesse, fechar o dique da cólera popular, Raymundo Gomes, o vaqueiro assassino, converteu-se em chefe do partido bemtevi! E os que o levantaram do pó da terra envergonharam-se de sua obra” (Memória página 271)

Motivos de vingança o arrastaram às fileiras da rebelião. Contam que duas filhas suas tinham sido desfloradas por um certo Guimarães, oficial de comissão que da vila do Itapucuru-mirim marchara com um golpe de gente para atacar Raymundo Gomes na Chapadinha logo em princípios da revolta. **Balaio, posto que de baixa esfera e pobre,** assim ferido na sua honra, **jurou lavar com sangue a nódoa de suas filhas;** cheio de indignação publicou a sua desonra, **excitou o ânimo dos amigos e conhecidos, atraiu gente, e repetia a linguagem dos facciosos** [Jornal O Bemtevi], **que aqueles homens da legalidade, vendidos aos portugueses, queriam exterminar os de sua cor; que suas vidas, honra e bens, pátria e liberdade, não tinham outros recursos senão as armas:** e destarte colocou-se Balaio à testa de uma enxame de rebeldes, e **começou a semear por onde passava destruições e mortes.**⁹³ (Grifo nosso)

Nessa parte da narrativa, Gonçalves de Magalhães apresenta o desenrolar do conflito, expondo que motivos de vingança engrossavam as fileiras da rebeldia, e que a atuação do jornal *O Bemtevi* foi de grande importância na manipulação dos ideais defendidos pelos rebeldes no decorrer da *Revolução*. Demonstra também a incapacidade dos Presidentes de Província que governaram a Província do Maranhão no início da rebeldia de conter tal movimento. A narrativa expõe as falhas cometidas por esses importantes personagens envolvidos no processo de consolidação do Estado nacional, porém, sem por em risco a integridade moral daqueles, respeitando as premissas do *Tribunal da Posteridade* impostas aos membros do IHGB.⁹⁴

Acompanhando o desenvolvimento da narrativa de Gonçalves de Magalhães, percebe-se que situação até então incontrolável, naquela Província, muda de sentido após a indicação do Coronel Luis Alves Lima,

⁹³ Memória p. 275

⁹⁴ Sobre este assunto ver artigo: Lúcia M. P. GUIMARÃES. *O Tribunal da posteridade*. In: PRADO, Maria Emília (org.). **O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acces, 1999.

para Presidente e comandante em armas do Maranhão. Luis Alves Lima, aparece na narrativa como o exemplo a ser seguido pelos homens ligados à administração pública, devido às qualidades ressaltadas a todo o momento, desde sua indicação para Presidente da dita Província até a entrega do poder a seu sucessor.

Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam. Deveis conhecer a necessidade e as vantagens da paz, condição da riqueza e da prosperidade dos povos; e confiando na Divina Providência, que por tantas vezes nos tem salvado, espero achar em vós tudo o que for mister para triunfo da nossa santa causa.⁹⁵

A posse de Luis Alves Lima indica uma mudança de rumo dos acontecimentos na narrativa de Gonçalves de Magalhães. As críticas aos antecessores Presidentes e Comandantes em Armas são substituídas pelo elogio à administração de Luis Alves Lima. Gonçalves de Magalhães, nomeado Secretário de Estado, aponta as melhorias na organização das tropas, a exigência da disciplina militar e as contribuições ao comércio realizadas naquele momento. As vitórias das tropas da legalidade ganham mais brilho e indicam a possibilidade de uma rápida pacificação da Província.

O ápice da narrativa é alcançado com a divulgação da Maioridade antecipada de D. Pedro II, encarado por Gonçalves de Magalhães como a grande figura que unificaria e pacificaria as Elites discordes de todo o Império. Seria a coroação do novo Imperador e a anistia concedida pelo

⁹⁵ Memória p. 309

mesmo aos rebeldes que levaria ao desfecho da rebelião e a pacificação da província.

Magalhães aponta que, após a Coroação de D. Pedro II, ambos partidos - Cabanos e Bemtevis - se mostram *conciliáveis*, tendo o "*Grande Nome*" como o elo apaziguador das disputas político-partidárias:

Em todas as comarcas da província foi festejada a notícia da maioria, sem distinção de partidos. Os bemtevis porém, que se curvavam com o peso das acusações do contrário partido, que em rosto lhes lançava a guerra civil e seus horrores, apoderaram-se com mais afoitez deste novo acontecimento para saírem do opróbrio em que viviam, e poder, à sombra do grande nome, melhor triunfar nas próximas eleições, única causa das antigas desavenças e mira dos seus esforços.⁹⁶

Assim, na narrativa de Gonçalves de Magalhães, a coroação antecipada de D. Pedro II, seria um ato de unificação dos interesses e que colocaria fim aquelas disputas partidárias, já que todos festejavam a Maioridade antecipada daquele que ao lado da Constituição conferiria o caráter sagrado da Nação.

Esta **harmonização** da rivalidade, existente no campo histórico, trabalhado por Magalhães ao final da narrativa, é uma característica peculiar dos textos históricos narrados como **comédia**. Hayden White ao caracterizar este arquétipo de *modo de explicação por elaboração de enredo* afirma que, as **reconciliações** percebidas ao final da peça, são reconciliações dos homens com os homens e dos homens com a sociedade. Tais reconciliações dos homens com a sociedade são representadas como

⁹⁶ Memória p. 336

sendo mais puras, mais sãs e mais sadias, em consequência do conflito entre elementos do mundo aparentemente opostos; estes elementos revelam-se, no final das contas, harmonizáveis uns com os outros, unificados, concordes consigo mesmos e com os outros.⁹⁷ O conflito entre *Bemtevis* e *Cabanos* é relatado por Magalhães de forma a encaixá-lo dentro de uma apreensão de unidades mais amplas que as lutas entre dois partidos discordes, pretendendo sublinhar o que seria ganho pela ordem social do Império em consequência da própria luta⁹⁸.

A apreensão **organicista** do processo histórico presente na obra de Magalhães foi sublimada na estrutura de enredo **cômico** por meio da qual o relato dos acontecimentos da Balaiada deveriam ser compreendidos como uma *história* que supunha uma significação específica. Neste caso, a consolidação de uma monarquia constitucional que garantiria a unidade política e territorial das Províncias do recém independente Império.

Até o momento, conseguimos identificar um modo de argumentação formal **organicista**, uma elaboração de enredo **cômica** e o modo tropológico dominante como sendo a **sinédoque**, empregados por Gonçalves de Magalhães, em sua *Memória*. Tais constatações nos permitem relacionar o modo de argumentação **organicista**, a elaboração de enredo **cômica** e o tropo da **sinédoque**, com uma implicação ideológica **conservadora**. Porém, apenas o fato de que uma implicação ideológica

⁹⁷ Hayden WHITE. Op. cit. p.24-25

⁹⁸ Fato que podemos perceber ao final da obra de Magalhães, em que ele apresenta a "*Exposição feita ao Dr. João Antônio de Miranda pelo Coronel Luis Alves Lima na ocasião de entregar-lhe a presidência da província*", onde lemos que: "**Posto seja a guerra uma calamidade pública, e ainda mais a guerra civil, também é às vezes um meio de civilização para o futuro,**" (M 361)

conservadora combina com os outros modos de explicação até agora identificados na obra de Gonçalves de Magalhães, não são suficientes para classificar a narrativa sobre a Balaiada como tendo uma *implicação ideológica conservadora*. Fazendo-se necessário, então, que tenhamos que recorrer a outro teórico para que seja possível identificar qual é a implicação ideológica daquela obra de Gonçalves de Magalhães.

De acordo com a concepção desenvolvida por Mannhein, os autores de implicação ideológica **conservadora** estariam predispostos a imaginar a evolução histórica como um aperfeiçoamento progressivo da estrutura institucional vigente, estrutura aos seus olhos uma *utopia*, isto é, a melhor forma de sociedade com que os homens podem *realisticamente* contar, ou a que podem legitimamente aspirar, naquele momento.

Portanto para Mannhein:

O tipo conservador de conhecimento consiste originalmente no gênero de conhecimento que fornece um controle prático. Compõe-se das orientações habituais e, frequentemente, também reflexivas, face aos fatores imanentes à situação. Existem elementos ideais em sobrevivência no presente como vestígios da tensão em períodos anteriores, quando o mundo ainda não se encontrava estabilizado e que, agora, somente atuam ideologicamente como fés, religiões e mitos, que se viram banidos para o mundo além da história. Neste estágio, o pensamento, como assinalamos, se inclina a aceitar o ambiente total na concretude acidental com que se dá, como se fosse a ordem adequada do mundo, a ser aceita de antemão e sem apresentar nenhum problema.⁹⁹

Entendido que Magalhães encarava o Maranhão como uma parte do império, representante do desregramento de toda a sociedade, no período de transição entre as Regências e o Segundo Reinado, defendemos a noção de

⁹⁹ Karl MANNHEIN. *Ideologia e Utopia* p. 175

que aquele autor, ao caracterizar os motivos que levaram à eclosão da Rebelião, e o desregramento dos líderes deste movimento, pretendia demonstrar quais exemplos não deveriam ser seguidos pela elite imperial, para que a barbárie do período colonial e dos anos de conflitos que o país presenciou, após a abdicação de D. Pedro I, fosse superada, para que pudessem ser alcançadas a consolidação da Monarquia constitucional, a pacificação e unificação política e territorial das províncias que compunham o Império brasileiro.

Posto isso, podemos afirmar que Gonçalves de Magalhães produziu uma narrativa que tinha o intuito de funcionar como um veículo de ensinamento político e moral às elites imperiais, pregando os ideais de unidade territorial e política do Império, aliado a uma explanação dos comportamentos e atitudes que deveriam ser evitados ou imitados pelos membros da burocracia imperial. Ao longo de toda a obra percebemos a preocupação de Gonçalves de Magalhães com as lições que poderiam ser obtidas daquelas experiências relatadas com o intuito de caracterizar o Estado Monárquico Constitucional como a melhor forma de governo para a Nação Brasileira.

Portanto, a narrativa de Gonçalves de Magalhães sobre a Balaiada tinha como função dotar o recém independente Império de um passado adequado às pretensões da Nação que se almejava consolidar. Tratava-se, então, de uma produção historiográfica que fornecesse sustentação ao projeto político de manutenção da ordem monárquica e da unidade

territorial idealizado pelas elites dirigentes nas décadas de 1830 e 1840. Destarte, podemos caracterizar aquela obra de Gonçalves de Magalhães como tendo uma *implicação ideológica conservadora*.

O fato de termos identificado na narrativa de Gonçalves de Magalhães indícios de adequação ao quadro proposto por Hayden White, abre precedentes para a possibilidade da aplicação deste quadro teórico a outras obras da historiografia oitocentista brasileira. O que possivelmente nos permitiria maiores possibilidades de compreensão das relações orgânicas que os intelectuais brasileiros estabeleceram com a sociedade que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar seu passado. Promovendo assim, um grande avanço na compreensão daquela produção historiográfica e sua relação com o contexto histórico em que estava inserida.

Conclusões

Esta pesquisa teve como tema o estudo da produção historiográfica oitocentista brasileira. E foi diretamente influenciada pelos trabalhos desenvolvidos por renomados historiadores como Manuel Salgado Guimarães, Lúcia Neves, Arno Wehling, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Lilia Schwarcz, Valdeci Araújo, dentre outros que tenham o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua respectiva produção historiográfica como objeto de estudo. Minha pesquisa pretendeu inserir-se nestas discussões propondo avançar num ponto ainda pouco explorado: a análise das formas narrativas empreendidas pelos membros do IHGB.

Nesse sentido, foi desenvolvida uma análise que visava compreender a exposição dos ideais de unidade nacional, redução dos conflitos internos e consolidação da monarquia constitucional, ambicionados pelo projeto político da elite intelectual do Império brasileiro na primeira metade do século XIX, perceptíveis na obra historiográfica de Gonçalves de Magalhães.

Retornando ao nosso objeto de estudo, a meta-narrativa de Gonçalves de Magalhães sobre a Balaiada, percebemos que Magalhães, ao narrar os acontecimentos maranhenses, encarava a Balaiada como um movimento particular daquela Província, por conta de certas peculiaridades que a distinguiu das demais rebeliões daquele período, tais como o seu caráter popular e a larga participação de escravos fugidos. No entanto, Magalhães também a enxergava inserida num contexto geral de instabilidade política que assolava o Império naquele mesmo período em que a consolidação da ordem monárquica e a pacificação das Províncias ainda não haviam sido alcançadas. Desta forma, Magalhães toma a Balaiada como objeto de estudo, no intuito de simbolizar a falta de conduta moral

dos homens envolvidos na disputa político-partidária que assolava não apenas a sociedade maranhense, mas também diversas regiões do império. Pretendendo constituir uma versão daquela Rebelião que demonstrasse o desregramento geral da vida política do Império nas décadas de 1830 e 1840, e que enaltecesse as qualidades daqueles personagens que de alguma forma contribuíram para o estabelecimento da ordem monárquica e da pacificação da província rebelada.

Magalhães encarava o Maranhão como uma parte do império, representante do desregramento de toda a sociedade, no período de transição entre as Regências e o Segundo Reinado. Defendemos que, o autor, ao caracterizar os motivos que levaram à eclosão da Rebelião, e o desregramento dos líderes deste movimento, pretendia demonstrar quais exemplos não deveriam ser seguidos pela elite imperial, para que a barbárie do período colonial e dos anos de conflitos que o país presenciou, após a abdicação de D. Pedro I, fosse superada para que se alcançasse a consolidação da Monarquia constitucional, a pacificação e unificação das províncias que formavam o Império.

Sendo assim, podemos constatar que Gonçalves de Magalhães produziu uma narrativa que tinha o intuito de funcionar como um veículo de ensinamento moral e político à elite imperial, pregando os ideais de unidade territorial e política do Império, aliado a uma explanação dos comportamentos e atitudes que deveriam ser evitados ou imitados pelos membros da elite imperial. Por meio de uma meta-narrativa constituída de um modo de explicação organicista, em que o motivo por que as coisas

aconteceram do modo como aconteceram é explicado inserindo o acontecimento em seu contexto pela identificação de todos os elementos que conferem a aquele acontecimento a *textura* de uma particularidade, porém dentro de uma relação microcósmica-macrocósmica. E de um enredo **cômico**, na qual o relato dos acontecimentos relativos a Balaiada deveriam ser compreendidos como uma *estória* que supunha uma significação específica. Neste caso, a consolidação de uma monarquia constitucional que garantiria a unidade política e territorial das Províncias do recém independente Império.

Sendo constituída também de uma compreensão da Balaiada pautada no tropo da **sinédoque**. Em que Magalhães a entende como um evento específico, uma rebelião de caráter local, porém relacionada a um complexo contexto de instabilidade política e institucional que assolou o Império brasileiro no período Regencial, dando uma impressão que aquelas particularidades perceptíveis na sociedade maranhense - como a falta de moral política e a disputa pelos cargos públicos — seriam qualidades inerentes à totalidade da sociedade imperial, daquele período, entendido pelo autor como uma *época de transição*, do desregramento da colonização e das regências para o restabelecimento da ordem monárquica constitucional, após a coroação de D. Pedro II.

Ao longo de toda a obra percebemos a preocupação do autor com as lições que poderiam ser tiradas daquelas experiências relatadas com o intuito de caracterizar o Estado Monárquico Constitucional como a melhor

forma de governo para a Nação Brasileira. Tratava-se, portanto, de uma narrativa que desse sustentação ao projeto político de manutenção da ordem monárquica e da unidade territorial idealizado pelas elites imperiais. O que nos permite caracterizar aquela obra de Gonçalves de Magalhães como sendo portadora de uma *implicação ideológica conservadora*. Já que aquele autor encarava a monarquia constitucional regida por D. Pedro II como a melhor forma de sociedade com que os brasileiros poderiam *realisticamente* contar, naquele momento.

Por tanto, podemos identificar que na narrativa de Gonçalves de Magalhães fortes indícios de adequação desta ao quadro teórico proposto por Hayden White. Fato que caso não seja rebatido, abre precedentes para a possibilidade da aplicação desta mesma teoria a outras obras da historiografia oitocentista brasileira. O que possivelmente nos permitiria maiores possibilidades de compreensão das relações orgânicas que os intelectuais brasileiros estabeleceram com a sociedade que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar seu passado. Promovendo assim, um grande avanço na compreensão daquela produção historiográfica e sua relação com o contexto histórico em que estava inserida.

Bibliografia

a) Instrumentos e Fontes

BARBOSA, Januário da Cunha. *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do IHGB para remeterem à sociedade central.* **RIHGB**, Rio de Janeiro 1(4):128-13,1839.

_____. *Discurso.* **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1(1): 9-17,1839.

IHGB, Ata da sessão de 22 de julho de 1847. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 9(7): 425, 1847.

IHGB, Ata da sessão de 2 de setembro de 1847. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 9(7): 440, 1847.

IHGB, *Programma Histórico.* **RIHGB**, Rio de Janeiro 1(2):84, 1839.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória Histórica e Documenta da Revolução da Província do Maranhão de 1839 a 1840.* In: **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 11, 1848

_____. *Ensaio sobre Literatura.* In: Revista Nitheroy. 1836.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a História do Brasil.* In: **RIHGB**. Rio de Janeiro, 6(24): 381-403. 1845.

b) *Teórica-metodológica*

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BALAKRISHNA, Gopal. (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Cascatas da Modernidade*. **In: Modernização dos Sentidos**. São Paulo: EWD. 34, 1998.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Passado Futuro: contribuição à semântica dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

c) *Historiografia sobre o tema*

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A Experiência do Tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese de doutorado defendida em fevereiro de 2003 na PUC-Rio. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas de 1821-1822**. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 1999.

- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- _____. José Murilo de. **Teatro de Sombras: A Política Imperial**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria P. 1994. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutoramento.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1978, t. 1, v.2.
- HEIZER, Alda & VIDEIRA, Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Acces, 2001.
- JANCSÓ, István. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.
- _____. (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**: ucitec/Fapesp, 2003.
- JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Carlos Guilherme MOTA (org). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.
- KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

- LUSTOSA, Isabel **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MALERBA, Jurandir. (org). A **Independência Brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2005
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Fabricando a Nação*. In: **Um imenso Portugal: história e historiografia**. São Paulo. Ed. 34, 2002.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. **As transformações dos espaços públicos; imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo, Hucitec, 2005.
- MOTA, Carlos Guilherme. (Org) **1822: dimensões**. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1972.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ,2003.
- NEVES, Lúcia M. B. P. & MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia M. B. da C. (Org.) **História e Imprensa**. Rio de Janeiro, DP&A/Faperj, 2006.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808. São Paulo. Hucitec, 1979.

PALTI, Elias. The nation as a problem: historians and the ‘national question’”. **History and Theory**, October 2001, 324-346.

PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos Impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: Hucitec, 2002.

REIS, José Carlos. As **identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 9ªEd, 2007

SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. As **Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca no trópicos**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

_____. *Os Institutos Históricos e Geográficos "Guardiões da História Oficial"*. In: _____. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930**.

WEHLING, Arno (Org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.